

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**O PODER IDEOLÓGICO DO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO:
OTHELO ROSA E A PRODUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE O GAÚCHO**

FLAVIO FERREIRA

TAQUARA

2014

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA

**O PODER IDEOLÓGICO DO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO:
OTHELO ROSA E A PRODUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE O GAÚCHO.**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Licenciatura Plena em História das
Faculdades Integradas de Taquara
Acadêmico, Flavio Ferreira Orientador
Professor Doutor, Daniel Luciano Gevehr.

TAQUARA

2014

Agradecimentos

Primeiramente agradeço, com um carinho muito especial, a minha esposa Izabel Cristina de Vargas, pelo companheirismo, compreensão e por, além de incentivado meu retorno aos estudos, manter-se o tempo todo ao meu lado, motivando-me, transferindo uma energia positiva para que se tornasse possível a conclusão, com sucesso, desta etapa da minha vida. Obrigado, de coração, a você e a nossa filha Isabela Fernanda de Vargas Ferreira, pela paciência que tiveram comigo por horas e horas que privei o convívio familiar, o lazer, as brincadeiras com quem mais amo, em detrimento da dedicação a este trabalho.

Ao meu orientador, Dr. Professor Daniel Luciano Gevher, por ter me conduzido passo a passo nesta jornada, dando todo o suporte necessário, para que fossem alcançados os resultados objetivados nesta monografia, externo meus agradecimentos.

A todos os professores que contribuíram com minha formação ao longo da minha vida acadêmica, também deixo minha gratidão.

Por fim a todos os colegas, amigos e parentes que de uma forma ou de outra acompanharam este processo, motivaram-me com palavras encorajadoras que me deram forças para chegar a este patamar. Meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a análise das obras do autor Otelo Rosa e as contribuições das mesmas para a historiografia sul-rio-grandense, acerca da representação do imaginário social, na construção do heroísmo gaúcho, a inserção da história do Rio Grande do Sul no contexto nacional, bem como a busca pela consolidação da identidade do povo sulino, através da corrente historiográfica lusitana que garante sua hegemonia a partir da década de 1920. Apresentamos inicialmente uma revisão bibliográfica sobre a Revolução Farroupilha, que possibilitou uma melhor compreensão do conteúdo apresentado por Othelo Rosa, e através da qual podemos constatar a relevância destas obras para a formação historiográfica e também para a formação da sociedade sul-rio-grandense e suas formas de pensar sua história.

Palavras-chave: Representação; Imaginário; Identidade; Historiografia; Sul-rio-grandense.

ABSTRACT

This paper aims to analysis of Othello Rosa works and contributions to the historiography of them in Rio Grande do Sul, about the representation of the social imaginary, in the construction of the “gaucho” heroism, the inclusion of the history, about the representation of the social imaginary, in the construction of the gaucho heroism, the inclusion of the history of Rio Grande do Sul in national context and the search for identity consolidation of the southern people, through the Lusitanian historiographical current that ensures its hegemony from the 1920s initially present a literature review on the Farroupilha Revolution, which allowed a better understanding of the content presented by Othello Rosa, and through which we can see the relevance of these works to the historiographical training and also for the formation of Rio Grande do Sul society and its ways of thinking about their history.

Keywords: Representation; imaginary; identity; historiography; Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA REVOLIÇÃO FARROUPILHA.....	14
2.1 A Formação da Província de São Pedro.....	14
2.2 O Nascimento da Elite Rio-Grandense.....	20
2.3 Em Busca da Liberdade Política	26
2.4 Dez Anos Defendendo os Interesses.....	28
2.5 A força Ideológica de Poncho Verde.....	41
3 O OLHAR DE OTHELO ROSA SOBRE A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL.....	42
3.1 Construindo o Imaginário gaúcho.....	42
3.2 Quem foi Othelo Rosa.....	48
3.4 Um modelo a Ser Seguido.....	50
3.5 Nacionalizando o Rio Grande.....	59
3.6 Criando Status de Herói.....	66
3.7 O Poder Ideológico da Matriz Lusitana.....	74
4 CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as contribuições de Othelo Rosa para a historiografia sul-rio-grandense, em especial sobre suas interpretações acerca do movimento farroupilha – fato recorrente na historiografia do Rio Grande do Sul e que até os dias atuais suscita intensos debates.

No decorrer da pesquisa, a revisão bibliográfica foi de fundamental importância para se obter melhor compreensão da visão apresentada pelo autor. As leituras empreendidas, ao longo da pesquisa, foram significativas para entender a imposição da visão historiográfica defensora da matriz lusa sobre a história do Rio Grande do Sul.

Portanto, pretende-se de evidenciar que o trabalho a seguir não é simplesmente uma revisão bibliográfica do acontecimento máximo do Estado sulino, a Revolução Farroupilha. Entretanto, propõe-se, como foco principal deste ensaio, discutir as contribuições das obras "Pinheiro Machado", "Vultos da Epopéia Farroupilha" e "Província de São Pedro", do autor Othelo Rosa¹, publicadas no período em que se comemora o centenário da Revolução Farroupilha. Estas obras objetivam nacionalizar o estado do Rio Grande do Sul e, através da historiografia, criar uma identidade lusitana para o povo sulino. Assim, buscar-se-á, através da análise destas bibliografias, destacar as contribuições das mesmas para criação da representação social no imaginário do povo Sul-Rio-Grandense na construção do herói, bem como a predominância da matriz lusa na identidade do gaúcho.

Desta forma, busca-se fundamentar teoricamente este trabalho na História Cultural que é pauta de vastos debates entre os historiadores. Desde a década de 1980 essa discussão discorre em relação a sua origem, enquanto uns defendem sua continuidade originada no século XVIII, outros acreditam na tradição historiográfica francesa que surgiu a partir da década de 1960.

Segundo Roger Chartier (2002), neste período a ciência histórica assume novas formas decorrente das mais recentes disciplinas que forçam a história a rever suas certezas metodológicas. Sobretudo, já nos anos 1930 a historiografia dos

¹ Othelo Rosa, nasceu em São João de Montenegro no Rio Grande do Sul, em 18 de junho de 1889, foi Secretário de Educação do Estado Rio Grande do Sul, no governo de Flores da Cunha, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Rio Grande do Sul, defensor da Matriz Historiográfica Lusitana, veio a óbito em 04 de dezembro de 1956, em Porto Alegre.

Annales apontava na direção desse estudo e na aplicação de métodos diversos. Questiona a fonte como verdade, a realidade passa a ser investigada através da representação. A história cultural proporciona maneiras diferentes de pensar a evolução da sociedade, podendo ser identificado em cada tempo e espaço como a realidade social, como as representações sociais são construídas e determinadas no mundo, planejadas pelo interesse de cada grupo, que discursam sobre as lutas de representação, buscando tanto a importância quanto às lutas econômicas para impor seus valores. Com relação à noção de "representação coletiva", Chartier (2002, p.73) diz que

[...] autoriza a articular, sem dúvida melhor do que o conceito de mentalidade, três modalidades da relação com o mundo social: primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pela quais a realidade é contraditoriamente construída pelo diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe.

Duas vias são abertas segundo o autor, uma de que a identidade social é construída de uma relação forçada da representação imposta por uns e a submissão ou resistência do grupo que produz, a outra é que cada grupo cria sua própria representação fazendo com que seja reconhecida sua existência através da unidade. Chartier (2002, p.73) afirma que,

trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um "ser-percebido" constitutivo de sua identidade.

Para o autor, representação pode ser a manifestação de algo distante que relacione o que representa e o que é representado "*um objeto ausente, substituindo-o por uma "imagem" capaz de trazê-lo à memória e "pinta-lo" tal como é*", ou a "*representação é a presença pública de uma coisa ou pessoa*" (p.74).

Segundo José D' Assunção Barros (2004), a história do imaginário se preocupa em analisar as imagens, mas não somente as visuais, como também as

verbais e mentais, pode se parecer uma realidade próxima do concreto, uma ideia de reestruturação da produção social. A representação e o imaginário pertencem ao mesmo campo. Barros (2004, p.93) diz que

consideraremos o imaginário como um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens, visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas.

Após apresentar as diferenças entre a história das mentalidades e a história do imaginário, Barros continua afirmando (2004, p.100), "*já o imaginário pode ser muitas vezes apreendido por uma análise mais direta do discurso, seja este um discurso verbal ou visual, empregando para tal desde análise topológica até recurso semiótico [...]*".

De acordo com o autor, a história do imaginário pode seguir outras direções como nas iconografias ou imagens verbais evidenciadas no campo literário.

Em sua obra "Mitos e Heróis" Construção de imaginário, Loiva Otero Félix (1998, p.143) afirma que

A transmutação do real, embutida no processo de heroicização e mitificação, tem seu momento oportuno especialmente em situações de crise histórica conjuntural. Nos momentos de ruptura do ritmo histórico da comunidade e da normalidade, o grupo social tende a necessitar de um novo tutor de um novo guia que possa construir em torno de si um imaginário político que permita a compreensão da inteligibilidade histórica perdida [...].

De acordo com autora, esses períodos de turbulências política são mais favoráveis tanto na formação do imaginário, para compreender o presente, como também na emergência de grupos minoritários.

Pierri Ansart (1993 *apud* Loiva Otero Félix 2004, p.145) diz que

toda sociedade cria um conjunto coordenado de representações, um imaginário através do qual ela se reproduz e que designa em particular o grupo a ele próprio, distribui identidades e papéis, expressa as necessidades coletivas e os fins a alcançar. Tanto as sociedades modernas como as sociedades sem escritas produzem estes imaginários sociais, esses sistemas de representações, através dos quais elas autodesignam, fixam simbolicamente suas normas e seus valores.

Para a autora, a identidade de uma sociedade é construída pelo processo dinâmico e repetitivo do mito "*calcada em elemento de valor simbólico e estratégico*

tem, respaldo e nutre-se da memória, que é construída e articulada com as crenças dominantes” (p.145).

A partir da ideia de analisar a produção historiográfica sul-rio-grandense da primeira metade do século XX, através dos estudos de representação, é que se busca interpretar parte da história do Rio Grande do Sul, que é a Revolução Farroupilha, que ocorreu entre 1835 e 1845. Essa cria um imaginário heroico para o povo gaúcho, mas não foi só esse período explorado pela historiografia sulina. Segundo Eduardo Scheidt (2002), pode-se identificar as fases de maior exploração do movimento Farroupilha, cada um com uma abordagem distinta.

A primeira fase aconteceu durante e prosseguiu nos anos seguintes ao acontecimento, contada sob a perspectiva dos vencedores partidários do governo Imperial, cujo objetivo era valorizar a atuação dos militares legalistas brasileiros que defendiam o centralismo político, menosprezando a atuação farroupilha.

A segunda fase de publicações ocorreu a partir da década de 1880, estendendo-se até a primeira metade do século XX. Segundo Scheidt (2002), essa fase dá sequência à visão contrária aos Farroupilhas. Logo após, iniciam-se as publicações com um olhar diferenciado enaltecendo a conduta farroupilha, mas negando que a intenção dos revolucionários era de separatismo da província Sul-Rio-Grandense.

Com a virada do século XIX para século XX, acirram-se as divergências de opinião sobre o movimento, iniciando com Alfredo Varela, o primeiro a aceitar a influência platina no movimento farroupilha e sugerir a intenção do separatismo. Aqui, destacam-se dois motivos que serviram de combustível para essa discussão: um o surgimento de novos políticos republicanos que propõe o nacionalismo das Províncias do Rio Grande do Sul tirando-o de seu isolamento, outro porque se aproxima a comemoração do centenário da Revolução Farroupilha.

Portanto, foi nesse contexto que tornaram acirradas as lutas pela imposição de uma visão historiográfica em busca de caracterizar o movimento Farroupilha, e criar uma identidade para o povo gaúcho. De um lado, o Presidente da República impondo o nacionalismo, financia pesquisas para abrasileirar o Rio Grande do Sul, através da justificativa de que a Guerra dos Farrapos não teve o objetivo de se separar a Província do Brasil, afirmando que os gaúchos sempre foram brasileiros, desvinculando ou negando a influência platina na província.

De outro lado, havia um grupo de interesses opostos, que defendiam o separatismo da província e o envolvimento com a região platina, afirmando que o Rio Grande do Sul, devido suas relações com os castelhanos era muito mais platino do que brasileiro. Assim, sugerindo que a revolução tinha o objetivo de separar a província, tornando-se uma nação independente.

Com esta intensa discussão em busca de criar uma identidade sul-riograndense, acabam caracterizando as duas correntes historiográficas, a lusa e a platina, que marcam um período de pesquisas direcionadas a justificar um governo, que enriqueceram a historiografia sul-riograndense. Acredita-se que as duas correntes tiveram essa característica, do lado luso, como já foi mencionado, era custeado pelo presidente do Brasil e, do lado platino, quem incentivou as pesquisas foi o então governador do Estado gaúcho, Flores da Cunha, que não compactuou com as ideias ditatoriais do governo nacional.

A terceira fase de produção historiográfica sobre a Revolução Farroupilha se dá a partir das décadas de 1980, final do século XX, e que perdura até os dias atuais. Trazem um novo enfoque em relação ao movimento farroupilha, o qual foca as discussões nas relações políticas, econômicas e administrativa das lideranças revolucionárias rio-grandenses e platinas, que marcaram este envolvimento e cumplicidade das ações na região.

Desta forma, busca-se atualmente compreender e elucidar a representação do imaginário da Revolução Farroupilha produzida pela historiografia sulina. Prioriza-se discutir a produção historiográfica no contexto Sul-Rio-Grandense. E, é nesse sentido que se propõe esse estudo, sem o propósito e nem a intenção de esgotar o assunto. Busca-se apresentar uma análise de algumas dessas obras, investigando nelas de que forma essas apresentam a história do Rio Grande do Sul.

A pesquisa é constituída de diferentes partes. Na introdução, apresenta-se, de forma breve, o tema, as fontes e as perguntas que serão realizadas sobre as fontes pesquisadas, bem como a estrutura que constitui a pesquisa.

No primeiro capítulo, apresentar-se-á, de forma sucinta, o processo histórico da formação da província sul-riograndense, o qual inicia contando sobre o distanciamento da província, do centro Imperial brasileiro. Segue-se discorrendo sobre a criação das reduções Jesuíticas seus objetivos, a criação de gado que mais tarde será a base da economia da região. Aborda-se a colônia do sacramento, a descoberta do gado xucro, que desenvolveu na região platina um intenso comércio

da prática do contrabando. Aponta-se a forma de povoamento através das sesmarias, o ir e vir da fronteira com as disputas entre portugueses e espanhóis aonde processa o elemento principal de barganha entre os sul-rio-grandenses e o Império brasileiro, tendo o gaúcho como guardião da fronteira.

Com a chegada de Dom João VI ao Brasil, em 1808, intensificam-se as disputas com os castelhanos na tentativa de expansão do território bem como a exploração da região sulina em detrimento dos cafeicultores do centro imperial. O processo de independência do Brasil não é bem visto pelos rio-grandenses, principalmente o que se prossegue a esse fato não agradando a elite sulina. A conquista e anexação da banda oriental ao território brasileiro.

A abdicação de Dom Pedro coloca o Brasil em um período de regência, aumenta a opressão sobre os gaúchos. Com a perda da Província Cisplatina em 1828, e a independência do Uruguai, cresce o descontentamento dos gaúchos com a opressão esmagadora do governo central, levando a elite provincial a aumentar suas acusações e as reivindicações por um governo provincial, que atendesse as necessidades da região.

Com o ato adicional de 1834², o governo central tenta conter as agitações dos liberais, mas não é suficiente para acalmar os líderes gaúchos que a essa altura estavam empolgados com o sistema político das repúblicas vizinhas do Prata. Os gaúchos organizavam-se na tentativa de criarem um Estado independente e defenderem seus interesses. A demora do governo central em nomear um governo que atendesse as expectativas solicitadas pelos revoltosos, fez com que as forças revolucionárias continuassem crescendo suas atuações e, em 1836, foi proclamada a República Rio-Grandense.

Os farroupilhas tomaram Laguna, território pertencente à Santa Catarina, e ali proclamaram a República Juliana, na tentativa de ter um porto para escoar sua produção. O porto de Rio Grande esteve durante todo o período de hostilidade nas mãos dos legalistas, obrigando os gaúchos a escoarem seus produtos através dos portos de seus vizinhos platinos.

² Ato Adicional de 1834, aprovado pela Lei nº. 16 de 12 de agosto. Nos seus 32 artigos, estabeleceu algumas mudanças significativas, principalmente no que se referiu ao Capítulo V da Constituição, que definia as atribuições dos Conselhos Gerais de Província. Ele extinguiu os Conselhos Gerais das províncias e criou, em seu lugar, as assembleias legislativas provinciais com poderes para legislar sobre economia, justiça, educação, entre outros.

Após 1843, a Revolução toma outro rumo com a chegada do grupo da minoria ao comando dos farroupilhas, iniciam-se as negociações para acabar com o conflito, que chega ao fim em 1845, com o acordo de paz conhecido como "A Paz de Poncho Verde". A paz honrosa que orgulha tanto o gaúcho por não ser vencido em campo de batalha.

O segundo capítulo tem como foco principal a análise de três obras de Othelo Rosa, "Pinheiro Machado", "Província de São Pedro", "Vultos da Epopéia Farroupilha". Entretanto, discorrer-se-á, inicialmente, sobre o contexto histórico da primeira metade do século XX, focando principalmente no contexto político que levou Getúlio Dorneles Vargas ao governo do Estado e, posteriormente, a Presidente da República Brasileira, com uma política de nacionalização. Neste período, aproxima-se o centenário da Revolução Farroupilha e acentuam-se as discussões sobre este acontecimento, considerado pelos historiadores como auge da história do Rio Grande do Sul.

Apresenta-se, também, de forma sucinta, a biografia do autor Sul-rio-grandense Othelo Rodrigues Rosa defensor da corrente historiográfica lusa brasileira, seguidor das ideias de Aurélio Porto e Souza Doca, ambos integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Segundo alguns autores, Rosa foi autodidata portador de uma inteligência incrível, ocupando o cargo de secretário de educação do governo Flores da Cunha do Rio Grande do Sul, entre outros cargos públicos.

O foco principal deste trabalho consiste na análise de três obras do autor acima mencionadas. Nas quais se busca identificar e compreender o teor de suas interpretações na defesa do heroísmo dos líderes Farroupilhas, o anti separatismo da Revolução Farroupilha, em seu ponto de vista, e a influência de seus escritos na representação do imaginário no povo rio-grandense na construção de sua identidade.

Com a intenção de amarrar o conteúdo de nosso trabalho, far-se-á uma breve análise comparativa entre as três obras analisadas do referido autor. Para finalizar este trabalho, apresentar-se-á uma conclusão dos resultados obtidos, dentro do que se propõe, desde a construção de hipóteses. Fecha-se com as referências bibliográficas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

2.1 A Formação da Província de São Pedro

Este capítulo tem o objetivo de analisar a história da Revolução Farroupilha, a mais prolongada revolta entre província e império: acontecimento que ocorreu no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845. Portanto, foram dez anos de resistência e luta contra o Império brasileiro. Busca-se, através de uma revisão bibliográfica, evidenciar o ponto de vista de alguns autores que trabalham com o tema, uns seguem a visão da história tradicional, outros mais atuais que veem o fato histórico com outra perspectiva.

Apresenta-se o contexto da Revolução Farroupilha, as causas, motivos que levaram a província e o império a esse extremo, bem como quais foram as consequências e ou resultados desse acontecimento. Porém, considera-se de fundamental importância voltar no tempo e iniciar o trabalho contando de forma resumidamente como foi a formação do Rio Grande do Sul, seus conflitos fronteiriços e sua relação com o Prata e com a metrópole. Enfim, apresentar-se-ão os fatos que se consideram essenciais, desde o princípio da história rio-grandense, para melhor compreensão porque a província chegou às vias de fato com o Império.

De acordo com Moacir Flores (1996), a formação do Rio Grande do Sul difere e muito da região platina na forma de colonização, "*a colonização espanhola realizou-se através da urbanização, enquanto que o povoamento luso do Rio Grande do Sul foi por concessão de sesmaria na linha de fronteira, transformando a estância no polo sócio-político-econômico da região*" (p. 68). Os Sul-rio-grandenses ocuparam a Colônia do Sacramento, com algumas interrupções entre 1680 e 1777, bem como o solo Uruguaio entre 1811 e 1828, período que obrigou Artigas a sair de seu território com quase metade da população uruguaia. Neste período, os luso-brasileiros ocuparam estâncias, granjas e chácaras. Bento Gonçalves foi proprietário de grandes extensões de terras em Cerro Largo, enquanto que a ocupação de Rio Grande, durante 1763 a 1776, pelos espanhóis, não influenciaram na formação do povo gaúcho.

Essas assertivas dizem que os Sul-rio-grandenses podem ter influenciado os platinos, mas que os mesmos não influenciaram os hábitos e costumes dos gaúchos. Acredita-se que há muito *mias* em comum entre esses povos, que o Rio Grande do Sul foi e muito influenciado por seus vizinhos.

O estado do Rio Grande do Sul, devido sua localização geográfica, foi a última região da América Portuguesa a ser povoada, enquanto que o centro da colônia já contava com uma forte economia açucareira. O Rio Grande de São Pedro teve seu princípio econômico lançado no século XVII, quando os padres jesuítas espanhóis formaram as primeiras reduções nesta região. Com o objetivo de catequizar os índios guaranis que habitavam o sul do continente americano, acabaram introduzindo nas terras sulina a criação de gado *vacum*, que mais tarde no século XVIII serviria de base econômica da província sulina.

Com o domínio holandês no nordeste da Colônia Brasileira, houve uma interrupção do tráfico de escravos da África. Para suprir a necessidade de mão de obra nas lavouras do centro do país, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, os bandeirantes paulistas adentram na região sul do país capturando os povos indígenas e os deslocando para a região central para serem escravizados. Descendo cada vez mais para o sul, chegam às reduções jesuíticas, aprisionando grande número de índios guaranis, que ali viviam sob comando dos padres espanhóis. Devido a esses ataques, por volta de 1640, os jesuítas abandonam as aldeias e atravessam o rio estabelecendo-se em terras espanholas, deixando para trás o gado a solta, que com o passar do tempo se reproduziram aos milhares, ficando conhecida como "*Vacaria Del Mar*".

Em 1680, a Colônia Portuguesa, na tentativa de expandir seu território e proteger suas fronteiras, funda a Colônia do Sacramento, na região Platina, na margem oposta do rio onde ficava situada a cidade de Buenos Aires. A partir daí, os Portugueses se deparam com o gado *xucro*, que acabou despertando o interesse econômico pela região. Intensifica-se, então, a principal atividade da região Platina, o contrabando na fronteira espanhola.

Conforme explica Pesavento (2003. p.15),

Por outro lado, o fato de ser a área avançada da colonização portuguesa no extremo meridional da América fez da região uma zona fronteiriça de alto valor estratégico para a Coroa portuguesa: O Rio Grande do Sul era o caminho de acesso ao contrabando do Prata, por onde escoavam as riquezas de Potosí. Desta maneira, converteu-se, desde muito cedo, numa zona de enfrentamento direto com os "castelhanos" e palco de inúmeras operações militares.

Por ser uma região de fronteira e ponto estratégico, a colonização no Rio Grande do Sul, deu-se de forma diferente do resto da colônia portuguesa. Primeiro, centrada na defesa do território, desenvolveu-se forte na questão militar, em segundo, iniciada pela prática do contrabando da sequência em sua economia, direcionado a pecuária e não as grandes plantações.

A distância na qual o Rio Grande do Sul ficava do centro da colônia brasileira e suas extensões de terras despovoadas, sem um efetivo controle da coroa Portuguesa, facilitava o deslocamento de contrabandista até o rio da Prata. Ali passavam minérios garimpados em Potosí, parte desse produto, entre outros, era contrabandeado entre brasileiros e castelhanos, prática frequente na região. O intenso comércio ilícito, provocava vários desentendimentos entre portugueses e espanhóis resultando em muitas interferências militares.

Percebe-se que, dentro desse contexto fronteiriço de atividades comerciais legais e ilegais, desde o princípio da formação do Rio Grande houve o inter-relacionamento, a convivência entre as duas culturas portuguesa e espanhola.

Segundo Pesavento (2003), o contexto da colonização da Província gaúcha se configura, principalmente, em duas questões, primeiro pela necessidade de defesa militar da fronteira com a colônia espanhola, em segundo pelo interesse econômico baseado nos produtos derivado do gado primeiramente o couro, mais tarde o sebo e a carne.

Nas últimas décadas do século XVII, também com a volta dos estabelecimentos jesuítas em território Sul-rio-grandense, dos "Sete Povos das Missões", esse gado xucro é caçado e contrabandeado por diferentes procedências, inclusive por índios Guaranis que caçavam o gado a mando dos Jesuítas, que cambiavam o couro com quem pagasse mais. Ao se aproximar o século XVIII, tropeiros paulistas e lagunistas passam a vender o gado sulino na região das Minas Gerais, com isso, percebe-se o aumento no consumo do gado que passou a ser fornecido como alimento e tração naquela região.

Por essa época a província sulina passa a se integrar ao contexto nacional como economia subsidiária. A grande procura e abate do gado xucro sulino logo causou a devastação dos rebanhos, levando a necessidade de frear a atividade predatória e organizar a criação de gado.

Assim, convergiam os interesses da Coroa Portuguesa e, dos tropeiros, a coroa que viu nisso um jeito de povoar e garantir o direito da posse dessas terras e, os tropeiros particulares que viam na criação do gado um meio de ascensão econômica. Desde então, passaram a rebanhar este gado em suas estâncias, em terras doadas pela Coroa Portuguesa, as chamadas sesmarias. Por volta de 1830, passam a se definir a posse dessas extensões de terras que a coroa havia doado, como forma de pagamento aos serviços prestados ao Império, por antigos tropeiros e ex-militares da guarda do exército.

A criação de gado, nas estâncias, alavancou o desenvolvimento das charqueadas, com o passar dos anos elevou a economia da província do Rio Grande de São Pedro a um novo patamar. A produção de carne seca encontrou no mercado interno brasileiro um vasto consumo nos latifúndios escravocratas. Este processo de criação de gado e manufatura de seus derivados, proporcionado pelas charqueadas, acabou enriquecendo criadores, charqueadores e comerciantes definindo a elite gaúcha. Assim, essas charqueadas passaram a exigir maior número de mão de obra escrava.

Mário José Maestri Filho (1984. p. 54) diz que

Será a charqueada, na última vintena do século XVIII, a responsável pela estruturação de um sólido regime social de produção escravista no Rio Grande do Sul. Centrando parte significativa do esforço produtivo do pampa sobre os ombros do "negro", teremos, a partir deste momento, uma classe de senhores-de-escravos, vivendo do trabalho destes, acumulando riquezas, acumulando escravos. Será a charqueada que possibilitará, por primeira vez, os meios necessários para uma introdução significativa de "escravos novos" em nossos territórios.

A historiografia tradicional Sul-rio-grandense dá o mérito, a um lusitano, de ter introduzido a habilidade de charquear nas terras sulinas. No entanto, já se fazia isso na América Meridional há muitos anos. Desde o século XVII os castelhanos já exportavam o charque, no Rio Grande do Sul essa prática vinha sendo exercida desde antes da fundação do presídio de Rio Grande, porém, de modo rudimentar. A

partir do ano de 1776, os castelhanos deixam a ocupação de Rio Grande, assim, abrindo caminho para o desenvolvimento das charqueadas gaúchas.

Outro fato, que contribuiu para que as charqueadas gaúchas atingissem o nível industrial, foram as secas nordestinas de 1777, 1779 e 1792. Até este momento de crise, essa região era a principal fornecedora de carne seca no mercado interno e externo. Foi por esta época que o português José Pinto Martins migra para o sul e instala a primeira charqueada de Pelotas, é neste contexto que as charqueadas gaúchas se desenvolvem e atingem o nível industrial e conseqüentemente a exigência do número maior de mão-de-obra escrava.

Acredita-se ser baseado no desenvolvimento das charqueadas sulina, a nível industrial, que a historiografia gaúcha brinda o senhor José Pinto Martins e o Rio Grande do Sul como berço da carne salgada. Porque, como ficou explícito, o charque não nasceu no Rio Grande do Sul, seria só mais um elemento usado pela historiografia gaúcha na tentativa de criar a identidade de um povo.

Quando se aproxima o século XIX e diminui o fluxo do gado para as Minas Gerais, a província do Rio Grande do Sul já contava com várias charqueadas, atividade de salgamento de carne, que passava a ser a base da economia sulina e, definiria a região como fornecedora de carne seca do mercado interno do país. Portanto, o Rio Grande do Sul deixa de ser apenas ponto estratégico de defesa do território e passava a figurar no cenário brasileiro como economia subsidiária. Após anos de incursões e batalhas na defesa, conquista e reconquista das terras platinas. Em 1750, o Tratado de Madri, acordo entre as metrópoles ibéricas, define que a Colônia do Sacramento ficaria com os espanhóis, enquanto, que as missões passariam a pertencer ao território brasileiro.

Assim, dá-se continuidade ao processo de povoamento da província e, conseqüentemente a defesa do território sulino passa a depender mais dos esforços dos estancieiros e seus peões, do que do próprio efetivo militar. Na primeira década do século XIX Dom João VI tenta reviver as ideias de expansão de seu território como nos tempos da colônia do Sacramento. A partir de então, o território do Rio Grande do Sul torna-se palco de guerra na defesa da fronteira, que por muito tempo foi móvel no sul da colônia Brasileira e moldou um povo militarizado pelas constantes batalhas entre portugueses e espanhóis.

Como afirmam Hélio Trindade e Maria Izabel Noll (1991. p.9-10),

Este fato marcou sua formação histórica, características sociais e econômicas e, [...] militarizou as estruturas em todos os níveis, levando a um processo de privatização da autoridade militar onde cada proprietário era combatente de um pequeno exército. A aptidão militar era requisito fundamental para o estancieiro, assim como cada peão de estância era também um soldado. A importância política do Rio Grande do Sul advinha unicamente de sua posição geográfica. Marginalizado em termos de participação na administração central durante todo o século XIX, chamou a atenção por ser palco constante de enfrentamento militar. Primeiro, como bastião avançado do Império português na América; depois por sediar o movimento separatista mais grave enfrentado pelo governo (Revolução Farroupilha), e, finalmente, por refletir internamente os conflitos que cercaram a formação nacional do Uruguai e Argentina. Durante o século XIX os enfrentamentos entre os blancos e colorados, unitários e federais tiveram eco imediato na sua política interna.

O fato é que o Rio Grande do Sul por seu distanciamento do centro político e administrativo do Império e, decorrente de sua posição fronteiriça, manteve os estancieiros permanentemente alerta em defesa de suas propriedades.

Assim, paulatinamente, a apropriação militar seguiu a conquista e domínio da terra. Esse contexto definiu o estilo gaúcho conhecido por sua coragem e bravura. Isso, deveu-se muito mais pelas ambições econômicas e políticas da elite gaúcha, acabou moldando uma sociedade militarizada, que frequentemente entrava em atrito com os militares representantes dos interesses da Coroa no sul do país no século XVIII. Essa militarização do povo sulino foi muito bem explorado pelo Império brasileiro, que usava o povo gaúcho para defender seus interesses fronteiriços. Em contrapartida, a elite rio-grandense também tirava proveito da situação, usando sua experiência militar para barganhar com o império.

Segundo Padoin (2006), o contexto de formação do Rio Grande do Sul ocorreu primeiramente em relação à metrópole europeia e depois através do jogo intra-elites da região pelo controle de terras, controle econômico e político. Constituiu-se uma geografia fronteiriça criando um tipo único de história a sua gente, vinda de todas as regiões do país como também de outros continentes despertados pelo crescente comércio da região, formando uma elite composta de "*estancieiros, militares, charqueadores, comerciantes e sacerdotes.*" (p. 41).

Após intensos confrontos físicos e ideológicos em relação ao domínio da região sulina entre portugueses e espanhóis desde o século XVII, teve a partir de 1777, decorrente do Tratado de Ildefonso, um período de paz entre as duas coroas, que tranquilizaram a região até 1801, marcado pela crescente economia pecuarista através do desenvolvimento das charqueadas sulinas. Este enriquecimento dos

latifundiários locais permite apropriarem dos cargos públicos e monopolizarem em prol dos seus interesses, contrariando a política colonial, e, assim, acirraram-se os desentendimentos entre a camada elitizada da província Sul-rio-grandense e os representantes da coroa.

2.2 O Nascimento da Elite Rio-Grandense

Na virada do século XVIII para o século XIX, além dos desentendimentos entre as elites regionais rio-grandenses e os representantes da coroa portuguesa, a chegada de Dom João VI ao Brasil em 1808, também agravaram ainda mais a situação na região do Prata, quando o imperador tenta reviver o período de expansão territorial. Logo, em 1810, entram em guerra pelas questões de independência das províncias platinas, que acabam envolvendo as tropas militares brasileiras em defesa da banda oriental.

As atitudes do Império, em relação à Província Sul-Rio-Grandense, evidenciavam o interesse em se abastecer do que precisavam durante as épocas de batalhas contra a região platina para defender ou expandir suas fronteiras. Causando a desestruturação no modo de produção, que nunca era recuperado financeiramente, o império também não tinha consideração pelos soldados que passavam necessidades no campo de batalha, com falta de vestimenta adequada, alimentação precária. O dinheiro para pagar os soldados raramente vinha e, às vezes, ainda eram doações de particulares. Enquanto que o Rio Grande do Sul e seu povo sustentavam as guerras fronteiriças, eram explorados pelo centro e com isso toda província perdia.

Como explica Morivalde Calvet Fagundes (1989, p. 48)

A província toda sofria, porque praticamente alimentava a guerra dos dois lados. Do nosso, com homens, bens, gado e dinheiro. Do outro, com o saque de nossas propriedades rurais e rebanhos, com incursão de patrulhas inimigas, ao longo da extensa fronteira, inteiramente aberta ou mal protegida.

De acordo com Fagundes (1989), este era o quadro vivenciado pelo povo gaúcho, enquanto o Império brasileiro lutava com as recentes repúblicas vizinhas sem se preocupar com o Rio Grande do Sul, deixavam o povo gaúcho cada vez

mais incrédulo com o governo central, pois, desta forma, não levaria o Rio Grande a lugar nenhum. Crescia o descontentamento da elite rio-grandense, como também da peonada que estava sendo explorada, e que mais tarde seria usada como massa de manobra. É nesse contexto de dificuldades que começam a aparecer os líderes provincianos, homens que se destacam em seus feitos e passam a ser vistos como heróis, perante a inércia do Império que só usa o Estado sulino como estalagem.

A Província Sul-Rio-Grandense era usada pelo Império como celeiro ou estalagem, é fato como vários autores assim o colocam. Guerras de fronteira acarretavam prejuízos à província e atrasavam o desenvolvimento da produção, pois é sabido que nessas épocas as forças de trabalho eram direcionadas para a guerra, fazendo com que crescesse o descontentamento da elite provinciana. Percebe-se que o Fagundes (1989) procura justificar, o status de herói dos líderes revolucionários já nesta época bem antes da Revolução de 1935, que vai caracterizá-los com tal.

Mesmo após 1822, com a independência do Brasil, permanece a instabilidade entre as regiões centro e sul do país. Em relação a esse assunto, segundo Piccolo (2006), o povo gaúcho não aceitou passivamente a forma como foi conduzido o processo de independência, houve discordâncias que não calaram com 7 de setembro de 1822. Esse antagonismo do discurso Sul-rio-grandense em relação ao processo de independência foi visto por Dom Pedro, desde o início do seu governo, como ponto de turbulência política.

A maneira como foi conduzida a campanha militar do Império brasileiro, no período de 1825 a 1828, contra a província Cisplatina, foi criticada pelos militares gaúchos, pois, resultou na perda da Banda Oriental. Nessa época o Rio Grande do Sul contava com dois caudilhos, Bento Gonçalves e Bento Manuel, que começavam a demonstrar suas ingerências e, foram ignorados seus atos de subversão pelo governo e pelos comandantes militares imperiais brasileiros.

Com a abdicação de Dom Pedro I, o país passa por um período de regência, ou seja, quem toma as rédeas da política do país são os barões do café do centro do país, que dão continuidade e reforçam ainda mais a exploração das províncias. Neste período, coletam mais recursos que são endereçados ao Rio de Janeiro, para sustentar a ostentação da classe social elitizada. Governam em prol de seus interesses, defendendo a centralização da monarquia, aumentando o descontentamento das elites regionais. Enquanto o café domina a economia

nacional, o Rio Grande do Sul vem desenvolvendo suas atividades pecuaristas com a produção de charque para o consumo interno do império. Nesta época o Império brasileiro era governado pelo Rio de Janeiro, onde eram defendidos os interesses da elite cafeeira que estava em ascensão, enquanto que as províncias eram exploradas economicamente e, isso era possível porque os governantes das províncias eram nomeados pelo centro do país, homens de extrema confiança que administravam em prol da oligarquia cafeeira. Portanto, exerciam um controle forte sobre as regiões geograficamente afastadas do centro, levando as elites regionais a uma proliferação de ideias sobre outras formas de governo, e a reivindicarem seus direitos.

Em 1820, a banda oriental, atual território do Uruguai, foi incorporada ao território brasileiro com o nome de Província Cisplatina. Este fato levou ao declínio dos saladeiros uruguaios concorrentes das charqueadas sul-rio-grandense, que passam a dominar o abastecimento do mercado interno brasileiro. Com a economia pecuarista sulina em ascensão, cresce também os desejos políticos de administrar seu território, agravando ainda mais os problemas entre a elite gaúcha e os representantes da coroa no Rio Grande do Sul.

Apesar das relações instável com o centro, o Rio Grande do Sul tinha algo a seu favor, pois era o principal abastecedor do mercado interno desde a tomada da Banda Oriental, e a desorganização dos saladeiros uruguaios. Enquanto a Banda Oriental estava anexada ao território brasileiro, as charqueadas sul-rio-grandenses controlavam a demanda do charque para os latifúndios escravista existentes em território imperial brasileiro, mantendo assim o valor de seu produto razoavelmente em alta.

Como afirma Pesavento (2003.p.38),

Além disso, o poder central tinha bem presente que, para a defesa da fronteira sul, eram os senhores de terras rio-grandenses aqueles que mais contribuíam com suas forças. Este foi, basicamente, o elemento de barganha fundamental com que contou o Rio Grande do Sul para neutralizar os pontos de conflito presentes nas suas relações com o centro. Os laços de complementaridade, portanto, baseavam-se no componente militar-fronteiriço apresentado pela província e na forma de inserção da economia gaúcha na economia central de exportação, como abastecedora do mercado interno. Entretanto, os elementos de conflito presentes na relação com o centro tenderam a se agravar no período pós-independência.

Segundo Pesavento (2003), com o passar do tempo os vínculos entre a economia sulina e a economia central deixava a província refém dos preços de seus

produtos ofertados pelo centro imperial, bem como a subordinação política entre centro e província, também manipulavam a política econômica em favor do setor agro exportador. Para os consumidores, interessava um baixo valor na compra do charque, que conseguiam baixando as tarifas na importação do produto platino, e para obter mais vantagens elevavam as taxas da importação do sal produto base da produção do charque, enquanto que os gaúchos queriam o protecionismo do charque local e o custo acessível do sal.

Outro aspecto de antagonismo na relação entre centro e província é sobre o lucro arrecadado na província, era o centro que determinava quanto iria para a corte e quanto ficava em solo gaúcho. A questão da subordinação ia mais além e era também motivo da discórdia, que diz respeito à política-administrativa, na qual o centro nomeava os presidentes provinciais que governavam em favor do império. Dentre os objetivos da política de colonização alemã, criada pelo governo central, a partir de 1824, era tentar controlar o poder da elite sul-rio-grandense, com pequenos proprietários fiéis ao seu governo.

Entretanto, todas estas questões eram contornadas pela euforia do crescimento na economia gaúcha devido os problemas dos concorrentes vizinhos e o prestígio dos militares nas batalhas de fronteiras.

Após 1828, com a independência do Uruguai e, conseqüentemente, a perda da Banda Oriental, o Rio Grande do Sul perde parte do gado que vinha dessa região para ser abatido em suas charqueadas. O gado, principal matéria prima das charqueadas, agora pertence aos saladeiros uruguaios que se reestruturam e começam a exportar seu produto.

Portanto, as charqueadas gaúchas entram em crise, pois além de enfrentarem um governo imperial centralizador, que só se preocupava em subsidiar a elite cafeeira do centro do país, teve também, que enfrentar um concorrente no abastecimento do mercado interno brasileiro de seu produto base e sustentáculo da economia gaúcha. A produção do charque da Banda Oriental passava a entrar no território brasileiro com baixíssimos custos alfandegários, isso forçava os charqueadores gaúchos a baixarem os preços de seu produto para continuarem vendendo para o mercado interno, tornando-se cada vez mais insustentável a manutenção de seus negócios causando um declínio em sua economia.

Pesavento (2003, p.42-43) afirma que,

Neste contexto, foi dado espaço para que a dominação do centro sobre o Rio Grande se fizesse sentir com mais peso, particularmente após a abdicação e subsequente instalação da regência. A motivação básica do agravamento das relações do Rio Grande com o centro e que teve o desenlace de um conflito armado foi o sentimento generalizado, por parte da camada dominante local, contra o que qualificaram de "opressão da corte sobre o Rio Grande".

De acordo com Pesavento (2003), a opressão foi percebida tanto no campo econômico como no político, mas, foi através da ótica política, que a elite local tinha este entendimento. É na política que se concretiza os conflitos exteriores e aparecem os enfrentamentos de poder. Sente-se, também, que essa opressão se dá num momento em que se anulam os elementos de barganha dos gaúchos com o império.

Neste caso, entende-se que, com a independência do Uruguai e amenizados os conflitos entre brasileiros e castelhanos, diminuiu a dependência que o centro tinha do efetivo militar gaúcho na defesa das fronteiras. Aumenta, em decorrência disso, a opressão política econômico-administrativa, sobre a província sul-riograndense, resultando num maior descontentamento da camada social elitizada sulina, que acabara perdendo seu ponto principal de barganhar com o centro e sentiu a exploração central esmagando seus lucros financeiros.

De acordo com Moacir Flores (1996), de 1817 a 1824, durante o domínio português e brasileiro, na província Cisplatina, muitos gaúchos moraram e trabalharam no Uruguai em cargos públicos, tinham propriedades, conviveram de forma intensa com os castelhanos, nos negócios lícitos e ilícitos, bem como se uniram por casamentos. Os líderes políticos uruguaios e farroupilhas tinham cumplicidades nos planos revolucionários. Bento Gonçalves participou da primeira campanha do Uruguai em 1811, já em 1825, ocupando o cargo de coronel no exército, cuidou da fronteira em Jaguarão protegeu o revolucionário Juan Lavalleja, Bento Manuel Ribeiro e Frutuoso Rivera foram companheiros de armas entre 1824 e 1825. Antonio Paulino da Fontoura e Lavalleja tentaram criar um centro de treinamento de guerra juntando armas, munições e homens na província de Entre Rios, mas foram impedidos por Rosas.

Percebe-se que havia um forte envolvimento entre as lideranças uruguaias e farroupilhas, contudo, para alguns autores, isso não é suficiente para afirmar que o movimento farroupilha foi platino.

Flores (1996, p. 80-85) ao analisar a atuação dos principais líderes conclui que

Se os revolucionários vitoriosos estivessem comprometidos com Juan Lavalleja teriam proclamado imediatamente uma república federada ao Uruguai, Corrientes e Entre Rios, de acordo com o plano do caudilho uruguaio, no entanto permaneceram à espera da nomeação de um novo presidente pelo governo central. [...] Este plano, criticado pelos farrapos, não serviu para uni-los aos orientais contra o inimigo comum: o Império do Brasil, ao contrário, realizou-se a paz com a ameaça de uma guerra com os vizinhos do Prata. O Uruguai e as províncias de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé estavam em luta contra Buenos Aires até dezembro de 1842. Em nenhum momento forças farroupilhas se uniram com os revolucionários vizinhos e nem estes, diante da ameaça do Império, [...] fizeram causa comum aos farrapos.

De acordo com Flores. (1996), o envolvimento entre os líderes platinos e os farroupilhas eram bem intensos, porém existiam uma duplicidade de interesses, e os acordos entre eles não passavam de promessas que nunca eram cumpridas, por isso não houve integração efetiva entre farroupilhas e castelhanos nem nas revoluções platinas nem na farroupilha.

Aceita-se que não houve integralidade nas lutas, porém, entende-se que o envolvimento entre os farroupilhas e os revolucionários platinos eram bem maiores do que o autor apresenta. Acredita-se que a convivência ao longo do tempo entre eles, tenha influenciado e muito nas decisões farroupilhas, pois, as ideias revolucionárias republicanas compactuam das mesmas ambições.

Segundo Walter Spalding (1956), os desgostos acumulados dos liberais vinham se agravando dia-a-dia, desde a perda da Cisplatina, com as arbitrariedades dos conservadores. "*Em 1834, com a decretação do Ato Adicional à Constituição, foi criada a Assembleia Provincial Legislativa nas províncias*" (p. 262). Este poder legislativo oferecido pelo centro às províncias, com o ato adicional de 1834, não foi suficiente para acalmar os ânimos das elites provinciais. Não só no Rio Grande do Sul, como também em outras Províncias do Brasil, as elites regionais estavam insatisfeitas com a política centralizadora do império, rebelaram-se, forçada pela opressão imposta pelo centro e, também, influenciadas pelas ideias federalistas e republicanas, evidenciando o descontentamento das províncias consideradas de economia subsidiária.

No Rio Grande do Sul, as ideias de federação e república já vinham sendo pauta nas discussões, há muito tempo, sobre os rumos políticos da província, mas

foram as ameaças e acusações aos líderes liberais de estarem se organizando em torno das ideias republicanas feitas pelo governo da província na primeira Assembleia Constituinte que serviram de pretexto para dar início a Revolução Farroupilha.

Antes de se abordar os fatos que marcam a Revolução Farroupilha em si, considera-se interessante abordar, resumidamente, sobre as orientações políticas que nortearam os ideais liberais dos grupos políticos sul-rio-grandenses, que se mantinham firmemente num antagonismo à visão centralizadora do Império.

2.3 Em Busca da Liberdade Política

A constituição brasileira de 1824 baseou-se em três poderes: Legislativo; Judiciário e Executivo. Mas, o poder moderador não aceitava a soberania do Legislativo e, assim, alvoroçaram-se as ideias liberais, culminando na abdicação de Dom Pedro I. Formaram-se três partidos políticos: o restaurador, o republicano e o liberal. Os liberais, no Rio Grande do Sul, dividiram-se em dois grupos, os moderados e os farroupilhas que acreditavam que as mudanças só eram possíveis através da revolução.

Tanto em nível imperial, como no Rio Grande do Sul, houve uma luta constante contra legislativo, fazendo com que os deputados farroupilhas lutassem contra o presidente da província. Esta divergência entre o poder Legislativo e o executivo, seguiu dentro da República Rio-Grandense quando o Presidente Bento Gonçalves procurou governar com poderes discricionários, sem reunir a Assembleia Constituinte e Legislativa. Sobre esta divergência, Flores (1996, p. 32) diz que

Ela é produzida pelo medo que os liberais e também os democratas tinham de que o poder Executivo se tornasse forte, transformando-se em governo absolutista. O interessante é que esta dissidência de opinião perdura entre os liberais da República Rio-Grandense; o chamado grupo de oposição a Bento Gonçalves da Silva, defendiam maior liberdade suprema ao poder Legislativo, pois queriam que o presidente da República perdesse seus poderes discricionários e se transformasse num simples representante da nação Rio-Grandense.

Essas divergências que há muito vinham acontecendo entre província e Império, entre liberais e conservadores, agora perdura dentro da república rio-

grandense entre os farroupilhas do grupo de Bento Gonçalves e o grupo de oposição, considerado moderado.

Portanto, percebe que os governantes procuram justificar seu governo, por mais que seja antagônico, aos discursos que levaram ao poder, como fez Bento Gonçalves, atribuindo sua forma de governo ao estado de guerra, buscando justificar seu governo discricionário.

A República Rio-Grandense seguiu muito próxima do Império, com suas estruturas sociais. Usaram das ideologias do liberalismo internacional adaptando-as a seus interesses, mais na prática não mudou quase nada.

O liberalismo brasileiro tem suas raízes em Locke, Montesquieu, enquanto a democracia origina-se em Rousseau. Os farroupilhas, para justificar seu levante contra o Império, usaram destas doutrinas. O discurso dos farroupilhas coloca em cena o ideário dos rebeldes, a elite revolucionária gaúcha selecionou as ideias liberais que circulavam na Europa e no Brasil, adaptando ao contexto de sua causa, assim a elite social justificou racionalmente o poder burguês capitalista contra o antigo regime.

De Locke foi absorvido o princípio de legitimidade para enfrentar o poder ameaçador e satisfazer os interesses locais. A rebelião era contra o poder arbitrário que restringia a liberdade original, assim o liberalismo político farrapo dava a forma federativa.

Como afirma Pesavento (2003.p.62),

Quanto à adoção da forma republicana, parece certo afirmar que, dentre as diversas tendências presentes no movimento, venceu aquela que optou pela separação política do Brasil, mantendo, contudo, os laços econômicos com o mercado consumidor. Viabilizaram-se dessa maneira os anseios do liberalismo político e do federalismo, resguardando-se a soberania dos rio-grandenses sem que se desarticulasse o sentido mercantil de sua economia.

Montesquieu contribuiu com a divisão dos poderes. De acordo com os interesses regionais, os farrapos, em sua experiência republicana de governo, convocaram uma Assembleia Geral e uma Legislativa, baseados no princípio de que com a separação dos poderes poderiam conter os excessos do poder executivo, mas na prática o governo republicano funcionou de forma bem centralizada.

A ideologia liberal também teve espaço para as ideias de Rousseau, em relação à liberdade ou direitos individuais do cidadão, firmados em lei que garantisse

a soberania dos povos com direito a vida, a liberdade e a propriedade. Dentro do pensamento local, restringia-se direitos individuais exclusivamente a homens livres e proprietários.

Como diz Pesavento (2003, p. 63),

Reconfirma-se, pois, o caráter acentuadamente elitista do movimento. Na sua experiência governamental, os farrapos tanto ratificaram o regime censitário do voto quanto legitimaram a escravidão. O fato de escravos terem sido alforriados no decorrer da revolução deve ser entendido não como uma tendência emancipacionista, mas em função das necessidades de guerras, que obrigava primeiro a dar a condição de homem livre ao escravo para depois arma-lo e torna-lo um combatente da causa rebelde.

Dessa forma, o discurso dos liberais farroupilhas, composto pela elite revolucionária, consegue selecionar as ideias liberais que circulam entre as camadas sociais esclarecidas, tanto da Europa quanto do Brasil, adaptando aos seus interesses para justificar a revolta do ideário dos rebeldes. Assim, a vertente do liberalismo político articulado pelos farrapos toma forma federativa. O movimento farroupilha, dentro do entendimento de federalismo, consistia em ideias de constituições de estados independentes ligados por laços de federações.

Assim, os líderes farroupilhas justificam suas ações políticas, conseguindo a mobilização de seus partidários que usam de seus poderes autoritários sobre a camada social menos favorecida, composta pelos peões e escravos, para por em prática seus objetivos. Toda ideologia liberal culmina na tomada de Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835, dando início a revolução farroupilha, que perdurou por dez anos, envolvendo todo povo gaúcho numa luta que visava apenas sanar os problemas da elite sul-rio-grandense.

2.4 Dez Anos Defendendo Interesses

Nos dias que antecederam o 20 de setembro de 1835, Bento Gonçalves começa a articular a invasão da capital da província, os revolucionários, aproveitando da indecisão dos legalistas, na noite do dia 19 para o dia 20, atacaram de lança em punho, causando o desordenamento da tropa inimiga que foram escorraçada até o portão da cidade. Segundo Fagundes (1989), Porto Alegre amanheceu com proclamações feitas por Bento Gonçalves afirmando que não

largaria as armas enquanto que o presidente da província não abrisse mão do poder regional e que a cidade estava cercada por 600 homens das forças revolucionárias farroupilhas, neste mesmo dia o líder farroupilha manifesta-se aos habitantes de Porto Alegre, transcrito por Fagundes (1989, p. 79), dizendo que

A pátria já se achava livre de perigo: a vontade decidida e unânime do povo fez baquer a autoridade, que tinha substituído a arbitrariedade ao Império da lei. Querer, apresentar-se e salvá-la foi obra de um só momento. Eis aqui, cidadão, o poder de opinião.

Entretanto, de acordo com Fagundes (1989), “[...] *o que havia unido os gaúchos, unanimemente, era a luta pela liberdade, mas a continuidade da revolta trazia uma consequência que não era desejada por todos [...]*” (p. 83).

Esta continuidade, refere-se à proclamação da República e a separação da província. Quanto à união unânime do povo, acredita-se ser a vontade da camada social farroupilha enriquecida pelo trabalho escravo e exploratório da peonada.

Segundo Maria Medianeira Padoin (2006), a Revolução Farroupilha foi uma guerra civil que separou parte do Rio Grande do Sul. A autora analisa a revolução segundo o viés do discurso da elite Sul-rio-grandense Farroupilha, que conhece os ideais iluministas.

Padoin (2006, p. 40-41) explica que

A Revolução Farroupilha (1835-1845) surgiu como fruto dos interesses econômicos e políticos pertencentes à elite da campanha rio-grandense, que, por vínculos e crenças políticas, defender um projeto político que teve no federalismo sua bandeira. A defesa do federalismo, como a própria eclosão da revolução, foi motivada pelas decepções com a constituição centralizadora imperial de 1824 e com o ato adicional de 12 de agosto de 1834, bem como pela perda da Cisplatina, pelas altas taxas alfandegárias e impostos recolhidos pelo governo central; pela concorrência autorizada no mercado brasileiro da venda do charque argentino; pelas dificuldades impostas pelo governo uruguaio ao comércio e ao contrabando e pela grande circulação de moedas falsas na província. Todos esses fatores foram vivenciados num espaço fronteiriço, cujo contexto histórico estava presenciando o processo de emancipações, sob a forma republicana, das antigas províncias do vice-reino do Prata.

A Revolução Farroupilha foi uma guerra civil que mobilizou parte do povo sul-rio-grandense. No início foi liderada pelo estancieiro e ex-militar do império Bento Gonçalves, que tinha como principal objetivo defender os interesses econômicos e políticos da elite gaúcha, que assim se uniram em defesa de um projeto federalista. Influenciados pelas ideias iluministas que já haviam se espalhado pela região

platina, responsável pela laicização da alta sociedade e uma integração de elementos do reformismo da sociedade. Entretanto, como afirma Padoin (2006, p.43),

[...] nem todo o rio-grandense foi farroupilha como nem todo farroupilha foi republicano e separatista. Havia dois grupos políticos entre a elite farroupilha que, segundo Dante de Laytano, eram denominados "grupo da maioria" e "grupo da minoria" o grupo da maioria era coordenado por Bento Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida, Mariano de Matos e Antonio de Souza Neto [...]. O grupo da minoria, representado por David Canabarro e Vicente da Fontoura, esteve no comando da revolução a partir, especialmente, de 1843 (e que coordenou o acordo de paz denominado "Paz de Poncho Verde").

De acordo com a autora, o grupo da maioria defendia um estado independente e republicano que aceitasse se confederar com outras províncias, sem perder sua soberania federal, baseando-se em sólidos princípios de justiça, com projeto fundamentado no liberalismo e no direito das gentes divulgadas nos meios de comunicação da época e na maçonaria³, já que os principais líderes farroupilhas pertenciam e/ou lideravam as lojas maçônicas do sul do continente.

Enquanto que o grupo da minoria, que era reformista, defendia um federalismo apenas de descentralização administrativa, que a partir de 1843, passavam a tomar as rédeas da revolução e conduzi-la conforme seus interesses, até culminar no acordo de paz de 1845, que pos fim à revolução.

Em relação aos fatos que levaram a deflagração da revolta no período imperial, segundo Pesavento (2003), no Rio Grande do Sul foi a inauguração da primeira Assembleia que serviu de estopim para deflagrar a Revolução Farroupilha, quando Bento Gonçalves foi acusado, por Fernandes Braga e Sebastião Barreto Pereira Pinto, de compactuar com as ideias republicanas platinas. Este desentendimento serviu de ignição para dar partida a mais longa revolta vista no império brasileiro, iniciada em setembro de 1835, quando os farroupilhas adentram na capital da província, a cidade de Porto Alegre, forçando o então presidente, Fernandes Braga, e o chefe das armas, Sebastião Barreto Pereira Pinto, a fugirem

³ Maçonaria é uma sociedade discreta, onde suas ações são reservadas e interessa apenas àqueles que dela participam. A maçonaria é uma sociedade universal, cujos membros cultivam o aclassismo, humanidade, os princípios da liberdade, democracia, igualdade, fraternidade e aperfeiçoamento intelectual.

para Rio Grande. Os farroupilhas dominaram a cidade e a câmara de vereadores de Porto Alegre, empossaram o vice como novo presidente da província.

Em relação aos representantes da economia regional farroupilha, ou seja, aqueles que fizeram acontecer a Revolução ou ainda como diz, Pesavento. (2003, p. 54-55)

No tocante aos empresários da "Revolução", não resta a menor dúvida de que eles se circunscreviam nos quadros da chamada elite rio-grandense, camada favorecida da sociedade e que tinha o seu patrimônio fundamentado na posse da terra, do gado, de escravos. Em outras palavras, constituíam-se de estancieiros, em sua maior parte, charqueadores e comerciantes exportadores, que tinham os seus interesses prejudicados com a política econômico-financeira imposta pelo centro e que, dentro do quadro de um sistema político excludente, tinham condição de fazer valer seus direitos nos cargos eletivos locais.

Como se pode perceber, a população no Rio Grande do Sul não era uma classe social homogênea, evidenciavam-se mais de um nível econômico distintos que diferenciava a elite da plebe sul-rio-grandense. Por mais que a historiografia tradicional tente equiparar ou generalizar que a Revolução Farroupilha aconteceu em defesa do povo gaúcho, é sabido que foi pensada e direcionada a resolver os problemas da elite gaúcha liberal. Era essa camada da sociedade que se sentia aviltada pelo poder central, reivindicando maior participação nas questões política e econômica da província julgando-se merecedores dos cargos públicos.

Em sua grande maioria, a camada menos favorecida identificada por Pesavento como "peonada", era explorada, tinham, no seu dia a dia, a luta como essência. Foram usados como "massa de manobra" no decorrer da guerra, defendendo interesses alheios, cujo ideal jamais poderiam usufruir, até mesmo porque "*Não se conhece, nos quadros da campanha sulina, uma projeção da proposta artiguista da reforma social que viesse oferecer a esta massa rural uma alternativa de vida diferente daquela a que se encontrava reduzida*" (p. 55). Assim, lutavam e morriam por seus senhores, proprietários de terras e charqueadores, além de comerciantes, estes que, por sua vez, em nome da liberdade, defendiam suas posses e seus interesses para manterem seu status.

Com relação à entrada em Porto Alegre, Moacir Flores (1996, p. 80) diz que

A entrada de Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre, no dia 21 de setembro, realizou-se com calma e ordem porque o chefe da rebelião não era um pobre coronel, mas o comandante geral da Guarda Nacional da província, que congregava as elites de cada município. Seus seguidores não eram ladrões, assassinos e nem a canalha das ruas; eram ricos fazendeiros, abastecidos proprietários e jovens de boa família que pertenciam a Guarda Nacional.

Novamente, é explícito o nível social do grupo que pensou e tomou iniciativa na revolução, diferente do que o presidente da província da época pensava, quando em dezembro de 1834, afirmou ao ministro da província, como explica Flores. (1996), "*A paz da província era perturbada por dois partidos, o dos farroupilhas que congregava ambiciosos e gente de ínfima classe e o dos lavalleguistas que promovia todas as agitações*" (p.77).

Assim, entende-se que os farroupilhas tramavam a revolução de forma despercebida aos olhos do presidente da província, que estava preocupado com os agitadores lavalleguistas e com o padre Caldas que pregava a separação da província e anexação a Cisplatina território atual do Uruguai. Sabendo do envolvimento entre o líder farroupilha e o revolucionário Lavalleja, é bem possível que tenha sido mais uma estratégia do movimento elitizado farroupilha, enquanto seus amigos platinos agitavam a capital os farroupilhas planejavam silenciosamente.

De acordo com Pesavento (2003), a tomada de Porto Alegre, pelos farroupilhas, resultou na fuga do presidente da província para Rio Grande, apesar de terem empossado seu vice, os farrapos solicitaram um novo governo provincial que atendesse os anseios regionais, mas a morosidade do Império para atendê-los fez com que os revoltosos prosseguissem com seus objetivos num crescimento paulatino de suas forças em relação aos imperiais até 1839, visível pela tomada de Rio Pardo, Pelotas e Piratini.

A batalha de Seival, em 11 de setembro de 1836, motivou o general farrapo Antonio de Souza Neto a proclamar a República que foi aceita pelos conselhos municipais. Entretanto, os farrapos já haviam perdido o domínio de Porto Alegre e "na batalha da ilha do Fanfa, no rio Jacuí" o líder da Revolução, Bento Gonçalves, foi preso, após uma passada pelo Rio de Janeiro ficou detido no forte de Salvador. Mesmo preso, Bento Gonçalves foi eleito Presidente da República Rio-Grandense, cuja capital instalou-se em Piratini. Bento assumiu o cargo em 1837, após sua fuga da prisão, beneficiado pela irmandade maçônica.

Segundo Pesavento (2003), em análise a carta de Bento Gonçalves da Silva, enviada ao regente Feijó, na qual explica a posição da província, a autora alerta sobre o elemento de barganha da província com o centro, o mesmo sempre esteve presente na relação entre Império e Província, assim o Rio Grande do Sul, através das palavras de seu líder revolucionário Bento Gonçalves, coloca-se como guardião da fronteira e, por isso, julga-se merecedor de maior autonomia nos assuntos regionais. No entanto, o movimento tem a princípio ações moderadas, com a solicitação de um governo que atenda melhor os interesses e anseios da província, porém, evidencia que caso não for atendido poderá haver a separação.

Entretanto, dentro da historiografia tradicional sulina, não há interesse nesta proposta de separatismo, o que predomina é a visão de que a revolução apenas reivindicava por um sistema político descentralizado e o gaúcho tem um apreço forte ao sentimento de nacionalismo e heroísmo.

Pesavento (2003, p. 52-53) diz que

Desta forma, o regionalismo se traveste de um conteúdo nacionalista autêntico, com intuito de demonstrar que o gaúcho, apesar de "diferente", é também brasileiro... "Paladino do liberalismo", "defensor das fronteiras", "artífice da nacionalidade" - tudo isso se expressando heroicamente em uma resistência de dez anos ao império e na defesa permanente contra o espanhol - o gaúcho descrito na historiografia tradicional só teria motivo de orgulhar-se de seu passado, que dignificava com isso seu presente.

O legado da Revolução Farroupilha, transmitido pela historiografia tradicional, insere os gaúchos como legítimos brasileiros defensores da fronteira e os líderes farroupilhas defensores do povo sul-rio-grandense. Assim, a camada social mais abastada economicamente é representada pelos mais altos e heroicos elogios, diferenciando-se, ideologicamente, muito pouco das camadas menos favorecidas da sociedade, pelo menos essa era a ideia que queriam passar deles mesmos, por meio dos intelectuais esta era a visão de mundo imposta a toda a sociedade sul-rio-grandense, criando nesta um consenso que "*legitimava sua hegemonia e justificava seu poder*".

Dentro da historiografia sulina, em relação à Revolução Farroupilha, evidenciam-se dois grupos antagônicos, duas visões diferentes sobre o tema, são duas vertentes que procuram caracterizar o movimento revolucionário sulino, uma defende o pertencimento do fato ao contexto brasileiro do século XIX. A outra o classifica, incorporando aos revolucionários da região platina, atribuindo a origem da

proclamação da República Rio-Grandense de 11 de setembro de 1836, o resultado do envolvimento dos farroupilhas com a região do Prata, justificando também com a localização de fronteira em que foi proclamada.

Flores (1996) acredita que o motivo da proclamação da república Rio-Grandense ter sido na fronteira do estado não tem influência das Repúblicas vizinhas, mas sim, porque foi ali que aconteceu a grande vitória farroupilha na batalha contra o Império.

Segundo Padoin (2006), com a proclamação da república Rio-grandense veio um modelo político-administrativo próprio com relações internacionais e uma divisão do clero gaúcho em relação ao do Rio de Janeiro. Mas, não houve mudanças nas relações econômica e sociais desde o Brasil colonial. Durante este período de República, coexistiam o governo provincial imperial e o governo Republicano Rio-grandense.

De acordo Padoin (2006), aceitar que a Revolução Farroupilha foi com fim separatista, é o mesmo que negar a representação construída do povo gaúcho gentilício e diferente do Argentino e Uruguaio, significa questionar a história do Brasil que foi criada de forma a ser homogênea e pacífica.

Esta era a visão que os farroupilhas impunham deles mesmos por meio de intelectuais a toda a sociedade sul-rio-grandense, criando nesta um consenso que aprovava seu comportamento de poder dominante.

Através da historiografia tradicional⁴ procura-se criar uma identidade lusa no povo gaúcho. Cria-se uma imagem conforme melhor lhe convém, um gaúcho hospitaleiro diferente do platino. Insere-se os costumes regionais como pertencimento nacional, dignifica-se todas as ações como defensor da fronteira quando na verdade defendiam suas propriedades. Enaltecem a resistência de dez anos contra o império em nome da defesa dos direitos do povo rio-grandense, quando que na prática lutavam em prol dos interesses político e econômico dos grandes proprietários, charqueadores, comerciante enfim, toda a camada social enriquecida com o trabalho escravo e exploração da peonada.

⁴ O conceito de historiografia tradicional aqui usado foi definido por Gutfreind que constatou o contraste entre duas matrizes historiográficas que defendiam projetos de identidade divergentes: uma que via a formação gaúcha mais aproximada ao Prata, chamada por ela, matriz platinista, e a outra, que enfatizava a origem portuguesa do Rio Grande do Sul, denominada matriz lusitanista ou açoriana. Esta última é que se tornou hegemônica na produção historiográfica tradicional do RS, a partir do final dos anos 1920.

Pesavento (2003) diz que não quer cair no extremo antagonismo da visão tradicional, contudo afirma que "*o gaúcho, na verdade, não foi dotado de bravura alguma, a militarização propalada é oca de sentido*". (p. 53). Concorda-se com essa leitura, pois se justifica essa visão dentro do contexto cotidiano do povo gaúcho, onde a luta era normal e frequente em busca da sobrevivência, essas lutas ocorriam mais por necessidade do que por coragem e bravura e, provavelmente, houve muito mais do que a historiografia nos apresenta.

Portanto, é preciso entender e analisar o processo histórico da Revolução Farroupilha, levando em consideração os interesses dos dois lados envolvidos; de um a dominação política do centro através do seu poder econômico-administrativo, além da exploração da província sul-rio-grandense e de outro, a consciência dos representantes da economia regional que sofria a opressão do centro imperial, através da dominação política.

Visto isso, consta-se que no início da revolução houve um consenso da elite local farroupilha liberal em relação à ideia do federalismo, no qual as províncias passariam a estados federados. Porém, com a proclamação da República e, conseqüentemente, com a Assembleia Constituinte, fica claro que, dentro da elite farroupilha, acentua-se a divergência de opinião e a divisão da mesma. O grupo que defendia a República, liderado por Bento Gonçalves e José Domingos de Almeida, lentamente vai perdendo adeptos, mas esse grupo da maioria já tinha desde o princípio da revolução, em suas estratégias, a convicção da separação do estado do Rio Grande do Sul do resto do país. Como afirma Padoin (2006, p. 58),

Somente com a proclamação da República, pelo grupo da maioria, aparecerá o projeto real de quem pensou a revolução, ou seja, a formação de um estado independente republicano federal. Os objetivos dessa maioria eram bem claros no manifesto de Bento Gonçalves e José Domingos de Almeida de 29 de agosto de 1838: "Desligado o povo rio-grandense da comunhão brasileira, reassume todos os direitos da primitiva liberdade; usa desses direitos imprescritíveis constituindo-se Republica Independente; toma na extensa escala dos Estados Soberanos o lugar que lhe compete". Essa afirmação era complementada com a seguinte: "O ato de separação e desmembramento não foi obra da precipitação irrefletida".

Ao eclodir a Revolução, toda a elite farroupilha aderiu o movimento contra os abusos impostos pelo império. Porém, ficou claro, logo após, em 1836, na proclamação da Republica rio-grandense, que nem toda a elite farroupilha partilhava com a ideia de transformar o Rio Grande do Sul em uma Republica separada do

Império brasileiro. Ou seja, para Padoin (2006), a revolução farroupilha já nasce com o objetivo de separação, mas para ganhar adeptos não deixavam claro o real plano revolucionário, só vindo a ficar explícito em 1836, e, aí sim, evidenciam-se as primeiras cisões dentro da elite farrapa.

Justificava-se a posição assumida pelos farrapos e ainda outorgava uma série de ataques ao Império, no tocante a má administração do dinheiro público acusava a política tributária que acarretava um alto custo do sal e baixas taxas alfandegárias sobre a importação do charque platino. Criticavam, ainda, o governo central, afirmando que os impostos mais baixos eram pagos pelos exportadores de café. Apontavam que o dinheiro do Rio Grande do Sul era aplicado em outras províncias. As guerras arruinavam a produção da província que subsidiava homens, cavalos e gado para alimentação das tropas sem indenização por parte do Império, além da parcialidade do centro em favor das províncias do centro do Império. Desprestigiando os grupos locais que não eram nomeados para os cargos de comando militar e ainda a pouca representatividade dos gaúchos no congresso.

Em contrapartida, o Império acusava o Rio Grande do Sul de ter se aliado ao Estado Oriental, quando que, no entendimento farrapo, foi o Império que buscou mercenários uruguaios, bem como armou os colonos alemães para lutarem contra os farroupilhas.

Segundo Padoin (2006), ao decorrer do movimento farroupilha, havia parlamentares brasileiros que concordavam com a ideia do Rio Grande do Sul ser uma província separada, tornando-se um Estado independente. Esses parlamentares, em seus discursos, aceitavam a forma como os republicanos rio-grandenses se relacionavam com o governo imperial brasileiro e com seus vizinhos, tratando-os como estrangeiro.

O Rio Grande do Sul buscou apoio nos direitos da gente⁵, para justificar a ação do império com relação aos revolucionários sul-rio-grandenses visto como rebeldes. Foi, também, nesses direitos que os farroupilhas encontraram orientações para justificar a guerra e a separação do estado rio-grandense. Com base nesses direitos, explicavam que todo o Estado que se sentisse pressionado por outro podia buscar forças, aliando ou confederando-se a outra nação para equilibrar as forças.

⁵ O Direito das Gentes, embora um ramo do Direito Positivo, sempre manteve vínculos muito estreitos com o Direito Natural. Trata-se de um direito que encerra dentro de si um conteúdo ético: a solidariedade entre os povos. Para atingir esse propósito, analisa-se a concepção romana, medieval e humanista de *jus gentium*.

Assim, a República Rio-Grandense admitia o caráter expansionista, um modelo a ser aceito através de união federalista. Dessa forma, os farroupilhas criaram a República Juliana em território Catarinense, no qual o porto de Laguna foi responsável pela conquista dessa região, desta forma a República Juliana e a República Rio-Grandense se tornaram irmãs. Porém, nessa confederação ficava explícito que a República Rio-Grandense não perdia seu caráter de soberania, como explica Padoin (2006, p. 64):

Em documentos de Bento Gonçalves da Silva e da proclamação da República Juliana, transparece a visão e a consciência de que a República Rio-Grandense era um Estado independente e que deveria manter-se como tal, porém admitiam federar-se de forma que não se tocasse no regime republicano e que esta federação não ocasionasse a perda do caráter soberano e de independência do novo Estado. Com isso, conclui-se que o grupo da maioria admitia a união entre províncias irmãs através de laços de confederação. E para salientar essa visão, considera-se o manifesto de Bento Gonçalves da Silva e Domingos José de Almeida, datado em Piratini, de 29 de agosto de 1838: "solenemente proclamaram e juraram a sua independência política debaixo dos auspícios do sistema republicano, dispostos, todavia, a federarem-se quando nisso se acorde às províncias irmãs que venham a adotar o mesmo sistema".

De acordo com Padoin (2006), confederação é uma associação de Estados soberanos que mantém suas especificidades internacionais totais e autônoma soberania, assim, retirando dos direitos das gentes as normas de organizações de governo, tendo os liberais farroupilhas, sempre presente em seus discursos os "termos pátria, liberdade e independência".

Como representante da elite farroupilha, Bento Gonçalves, em seus discursos apresentava o modelo político de uma república federal e constitucional dentro da visão clássica da divisão de poderes fundamentada em Montesquieu. A administração desse Estado estava nos municípios escolhidos pelo presidente da República. Essa organização de governo não distanciava do contexto administrativo do Império brasileiro.

Como já é sabido, os farroupilhas escoavam sua produção através dos portos platinos para poderem sustentar sua luta com o Império. De acordo com Flores (1996), a tempo já vinham de olho no litoral catarinense para obterem um porto livre ao mar, pois o porto de Rio Grande estava em poder dos legalistas. Assim, as ações para surpreender Laguna tiveram duas frentes, uma por terra com Canabarro e suas tropas e, outra por água, comandada pelo mercenário Garibaldi, que no inverno de 1839, chegara a Laguna e após vencerem os imperiais. Fagundes

(1989), diz que *“no dia 29, na sua câmara municipal, proclamaram solenemente a República Catarinense”* (p. 260).

Em relação à República Catarinense, Pesavento (2003), diz que, *“ainda nesse período de ascensão farroupilha, os rebeldes efetuaram a invasão de Santa Catarina, onde, em Laguna, Garibaldi e Davi Canabarro fundaram a República Juliana”* (p. 56).

Percebe-se que, entre os autores, não há nem uma discordância significativa em relação à invasão do litoral de Santa Catarina.

Segundo Pesavento (2003), a ideia do federalismo foi incorporada aos partidos políticos liberal com sua criação a partir de 1836, que tinha como opositor o partido conservador que defendia o centralismo monárquico. Assim, os farroupilhas tenderam a defesa da proclamação da república e o sistema de federação, entendida pelos farrapos como estado independente, que atendesse às necessidades locais ligadas por laços de federação e com uma economia voltada para o abastecimento interno, preocupada com a exportação do produto gaúcho para o mercado brasileiro. Convergiam os interesses de expandir a revolução para Santa Catarina, justificando-se pela aquisição do porto de Laguna já que o porto de Rio Grande esteve o tempo todo nas mãos dos legalistas, dificultando o escoamento da produção gaúcha.

A forma encontrada pelos revolucionários, para se manter, economicamente, por dez anos em confronto com o Império, foi escoar seu produto pela ligação com o Prata através do porto de Montevideú. Assim, o produto gaúcho entrava no mercado interno brasileiro como se fosse produto uruguaio. Foi, também, pelo Prata que os rebeldes garantiam a aquisição de armas, munições e cavalos.

Com a chegada do grupo da minoria ao poder da República, nos últimos anos da revolução farroupilha, liderado por David Canabarro, José Gomes Jardim e Vicente da Fontoura, passaram a conduzir as negociações de paz com o Império com atitudes moderadas. Esse grupo, considerado da minoria, não compactuava com a ideia de separação da Província.

Este grupo, diz Padoin (2006, p. 67),

tentou conciliar interesses localista e interesses do império; ou, em outras palavras, o grupo da minoria não se pautava por um projeto de Estado, mas, sim, reivindicava por garantias individuais, de interesses econômicos e de ascensão ao poder. E isso foi muito bem utilizado por Caxias, pois o império necessitava desses homens-soldados na guerra contra as influências de Rosas, para manter sua atuação no espaço fronteiriço platino.

Para este grupo interessava um regime político descentralizado aonde a autonomia provincial continuaria sob controle do poder central. Portanto, a defesa do federalismo para este grupo não passou de um discurso ideológico contra o governo imperial brasileiro, pleiteando apenas maior participação política liberdade para defender seus interesses econômicos em suas atuações regionais.

Conforme Padoin (2006), a disputa intra-elite sul-rio-grandense foi decisiva dentro do contexto da maçonaria, esta foi responsável pelo rumo tomado na revolução. Os líderes farroupilhas pertenciam a grandes lojas maçônicas, aonde havia laços de irmandade dentro do Império. Isso foi muito bem explorado pelo Barão de Caxias. Quando os liberais maçônicos perderam o comando nacional da maçonaria, conseqüentemente, a este fato, aconteceram as mudanças na liderança da República Rio-Grandense.

Entre 1840 e 1842 registra-se um período, se não de trégua, mas de baixa intensidade nos confrontos entre rebeldes e legalistas. Enquanto isso, os farrapos continuaram recebendo ajuda dos castelhanos através da fronteira platina. Porém, o governo central ainda combatia as rebeliões em outras regiões do Brasil. Foi, a partir de 1843, que pode concentrar suas forças no sul, com isso, iniciou o domínio dos imperiais sobre os rebeldes. Neste período, evidencia-se a crescente cisão entre a elite que pensava a revolução. E, a partir da chegada de Caxias no Rio Grande do Sul, logo foi mudando o rumo da revolução que em 1845 chegam ao acordo de paz.

Portanto, não há um consenso de ideias nem mesmo entre a elite farroupilha gaúcho que estava à frente da revolução, quanto mais dizer que a revolução era da vontade de todo povo gaúcho, como afirmam algumas obras que defendem a visão tradicional da história do Rio Grande do Sul, que colocam os líderes da revolução como heróis.

Ao olhar a trajetória do principal líder desse movimento, percebe-se que antes já tinha lutado contra as ideias de Artigas que tinha uma proposta social baseada na redistribuição de terras aos excluídos dos latifúndios. Isso é compreensível, pois é sabido que Bento Gonçalves faz parte da ala latifundiária e

que era proprietário em solo Uruguaio. Assim, fica claro que a elite Farroupilha defendia seus interesses, pois já é sabido que a sociedade sul-rio-grandense era composta também de peões e escravos e que não iriam colher bons frutos do resultado da guerra fosse qual fosse o seu desfecho, como ficou claro na constituição da República Rio-Grandense. Como afirma Maestri (1993, p. 79),

O comportamento dos chefes farroupilhas diante dos escravos revela o conteúdo nulamente libertário da revolta. [...] "A República do Rio Grande é a associação política de todos os cidadãos rio-grandenses". Isso é, dos "homens livres nascidos no território da República". [...] As terras confiscadas aos inimigos da República eram foram vendidas, arrendadas ou entregue para serem exploradas pelos grande fazendeiros republicanos, Jamais foram repartida entre a tropa miúda constituída de ex-escravos e gaúchos.

O fato de a revolução ter mobilizado grande número de escravos que eram alforriados e armados para lutarem não caracteriza os farroupilhas como democráticos, isso aconteceu por consequência da falta de homens livres a serem recrutados, bem como a necessidade de formarem uma infantaria de lanceiros, porque o homem sul-rio-grandense livre se recusava a lutar a pé. Outra razão de se encontrar ex-escravos na revolução é porque, afirma Maestri. (1993), "*um senhor ou seu filho escapavam do arrolamento substituindo-se por um cativo que era alforriado para servir como soldado*" (p.80).

Portanto, fica explícito que o movimento farroupilha pensado pela elite rio-grandense não teve a mínima intenção de incluir em seus objetivos a igualdade social e que o discurso de liberdade do povo rio-grandense é direcionado aos homens livres. O menosprezo em relação aos negros fica escancarado quando Davi Canabarro trai seus homens, desarmando-os e informando a Duque de Caxias da real situação em que se encontravam suas tropas, que foram dizimadas, fato conhecido como o massacre de porongos. A essa altura da revolução, já estava sendo conversado o acordo de paz que iria definir as consequências dos dez anos de lutas contra o Império .

2.5 A Força Ideológica de Poncho Verde

A partir de 1843, no momento em que as decisões da República Sul-Rio-Grandense são transferidas de lideranças, passando do grupo da maioria para o grupo da minoria, ocorre o término das revoltas nas outras províncias. Assim, o governo Império pôde dedicar mais atenção à região sul, enviando para cá o General Duque de Caxias, que, paulatinamente, vai reconquistando o território sulino e, ao mesmo tempo, alinhavando o acordo de paz, que é assinado em 28 de fevereiro de 1845, em Dom Pedrito, que ficou conhecido como Paz de Poncho Verde. Assim, os farrapos não foram derrotados peleando, o que, ideologicamente, salvou a imagem do revolucionário farrapo.

Esta "Paz Honrosa" resultante do acordo que pôs fim a Revolução Farroupilha, além de resolver os problemas particulares dos líderes do grupo da minoria como colocam alguns autores, contemplou algumas reivindicações antigas dos gaúchos. Como afirma Pesavento (2003, p. 64-65),

Foi concedido aos estancieiros gaúchos o direito de escolherem o, seu presidente de província; as dívidas da República Rio-Grandense seriam pagas pelo governo central; os generais farrapos podiam, se o quisessem passar para o exército brasileiro com os mesmos postos que ocupavam nas forças rebeldes; o governo central garantia o direito de propriedade e a segurança individual de todos os revolucionários; os prisioneiros de guerras seriam soltos, e aqueles que estivessem fora da província poderiam retornar sem recio; seria elevada em 25% a taxa alfandegária sobre a entrada do charque platino no mercado brasileiro; o governo reconheceria a liberdade dos escravos que haviam servido na revolução como soldados.

Entretanto, para a autora, havia um interesse muito maior em aceitar as propostas dos farroupilhas, pois havia novos conflitos políticos no Prata. Na Argentina, articulava-se o movimento entre ruralistas e comerciantes apoiados pela Inglaterra. Enquanto que no Uruguai, Oribe venceu Rivera com o objetivo de anexar o território à Argentina.

Foi o contexto político platino que acelerou o acordo de paz entre os farrapos e o Império brasileiro que necessitava do apoio incondicional do Rio Grande do Sul para proteger as fronteiras, bem como era fundamental o uso do território do Rio Grande do Sul para ser usado pelas tropas militares imperiais. A essa altura dos acontecimentos, as tropas rebeldes não representavam grandes problemas ao Império, a ameaça iminente de guerra entre os vizinhos platinos foi que fez o Império

aceitar as reivindicações dos revolucionários farroupilhas, foi muito mais um elemento de barganha com o efetivo militar sul-rio-grandense para defesa da fronteira, do que o perigo representado pelos gaúchos farrapos.

Com relação às reivindicações, entende-se que, depois de dez anos de lutas, muito pouco mudou para o povo gaúcho. Algumas reivindicações resolviam os problemas criados pela própria guerra, e não os problemas que a originaram. Portanto, se for analisado as vantagens e as desvantagens do acordo de paz que tanto orgulha o gaúcho, e é explorada e enaltecida pela historiografia tradicional, percebe-se que o direito dos estancieiros de escolherem seu próprio presidente, que era uma das mais constantes reivindicações no discurso da elite sul-rio-grandense, parece perder o sentido, pois foi escolhido o próprio Duque de Caxias que veio para o sul designado pelo governo central para acabar com a Revolução. Pesavento. (2003) diz que "*a força ideológica da Paz Honrosa foi tão forte que os pecuaristas escolheram o próprio Caxias...*" (p. 66).

Segundo Pesavento (2003), após o fim da Revolução Farroupilha, a província do Rio Grande do Sul teve com seus pecuaristas um período de auge na dominação regional e um crescimento econômico resultante de dois processos: um do acerto entre centro e província e outro pelos problemas na economia concorrente vizinha.

3 O OLHAR DE OTHELO ROSA SOBRE A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

3.1 Construindo o Imaginário Gaúcho

No final do século XIX, as campanhas para a implantação da república intensificam e acirram as disputas entre os liberais e os republicanos. Os liberais eram bem organizados, tinham o apoio dos estancieiros regionais, dominavam o estado e tinha ampla influência nacional, o partido republicano Rio-grandense (PRR) foi estruturado pelos estudantes que defendiam, veementemente, a ideologia positivista.

Com a proclamação da república, o partido republicano (PRR), organizado ideologicamente, fica a frente do poder, enquanto que os liberais ficam

marginalizados sem a mínima chance de ascender ao poder frente ao autoritarismo da política castilhista. Os republicanos foram consagrados com a constituição de 1891, influenciada pelo positivismo Comtiano, que resulta na eclosão da Revolução Federalista, em 1893 a 1895. Diferente dos outros Estados, no Rio Grande do Sul não foi possível um partido único, mas o PRR se impôs pela força das armas e se consolidou num regime político forte e autoritário, organizado por uma centralização política rígida e controladora das frentes políticas municipais.

Ao consolidar o regime republicano, Júlio de Castilhos tinha dois discípulos que compactuavam das mesmas propostas e ideais políticos, um, Borges de Medeiros, que foi eleito, em 1898, governador do Estado Rio-Grandense, que iria se manter na liderança do governo estadual por cinco mandatos. Outro, Pinheiro Machado, que foi conduzido por seu líder político Júlio de Castilhos, a cuidar dos interesses do Rio Grande do Sul a nível nacional, defendendo uma cadeira no senado brasileiro até 1915, quando foi assassinado na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Paulo F. Vizenini (1998), o Rio Grande do Sul, durante a República Velha, vivia num isolamento em relação à federação brasileira, na tentativa de preservar sua constituição estadual. Em todo o território nacional o Rio Grande do Sul era o único estado da federação a fazer uso de uma constituição que não se alinhava com a constituição brasileira.

Neste período as forças de cada Estado eram medidas de acordo com sua importância econômica. Assim, a hegemonia econômica brasileira estava nas mãos dos cafeicultores paulistas e mineiros, que passaram a se alternar no poder nacional. O Rio Grande do Sul disputava entre terceiro e quarto maior estado, economicamente, ainda que sua produção visasse o abastecimento do mercado interno. Os cafeicultores detinham o controle da política a nível nacional, que se alternavam entre São Paulo e Minas Gerais, conhecida como a política do "café com leite", que dominou o período da República Velha.

Essa dominação começa a entrar em crise próximo da década de 1920, que marca não só a crise política, mas uma mudança na sociedade brasileira. A conjuntura criada pela primeira Grande Guerra, a partir de 1917, desenvolve uma camada social burguesa juntamente com um proletariado ligados ao processo de industrialização. Todas essas alterações transformam a nação brasileira a partir dos anos 1920.

No Rio Grande do Sul, o positivista Borges de Medeiros tentava manter suas estratégias de exclusão oposicionista, mas, em 1915, o partido republicano rio-grandense (PRR) sofre nova cisão, esses dissidentes republicanos se agrupam aos federalistas e democráticos e formam a frente oposicionista, que buscam, em 1922, impedir a quinta reeleição de Borges de Medeiros. Abre-se, então, espaço a novas forças políticas. Evidencia-se uma cisão entre os republicanos e surge uma nova geração de políticos que começa a projetar o Estado do Rio Grande do Sul no cenário nacional. Ao serem derrotados nas urnas, acusam as fraudes eleitorais, prática constantes nas eleições desse período, o que desencadeou na revolução que só foi terminar em dezembro de 1923, com o Pacto de Pedras Altas, que impôs algumas restrições ao partido PRR. Contudo, foi mantida a reeleição de Borges de Medeiros. Vizentini (1998, p. 30-31) diz que

Na verdade, a Revolução de 1923 constituiu-se num ponto de partida de um processo alimentado pelas oposições com elementos de caráter basicamente nacional. [...] A nova geração republicana iniciou a conquista de seu espaço político a partir da campanha político-eleitoral de 1922 e da Revolução de 1923, caracterizando-se por uma maior autonomia frente a Borges de Medeiros, e pela renovação tanto da administração gaúcha, quanto às formas de atuação política.

Em 1924, sob liderança de Assis Brasil, foi constituída a Aliança Libertadora, objetivando maior liberdade política, aliada ao movimento tenentista, dando continuidade, até 1926, ao movimento revolucionário do Rio Grande do Sul. Os libertadores encontram, na luta tenentista, uma inconsciência ideológica, assim, realizam seus objetivos, incorporando-os e fortalecendo a oposição política gaúcha. As propostas da Aliança Libertadora não se restringem a nível regional, mas, sim, primeiramente, voltada para as questões nacionais e, depois, num segundo plano, às questões regionais. Assim, vão buscando apoio de toda a oposição em outros Estados. Juntamente com o partido libertador, também cresce o partido democrático, que lutam contra o conservadorismo da política borgista.

A ascensão de Getúlio Vargas ao governo gaúcho, em 1928, transforma e dá uma cara nova à política e à economia, com uma nova forma de governo que buscava a união do Estado para disputar espaço nacional. Toda essa mudança na política da década de 1920 é resultado da nova geração de políticos republicanos como Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves entre outros, que irão trabalhar para candidatura de Getúlio Vargas a

presidente da República, através da formação da frente única gaúcha que reuni PRR e PL.

Na década de 1920, a política no Brasil começou a mudar o jogo de forças entre os Estados que se alternavam no poder centralizador e autoritário. A oposição, da aliança denominada Reação Republicana, foi uma crítica ao federalismo desigual do país, onde apenas os grandes estados são beneficiados, se unem. Os estados que se opõem a situação marcam esse período, fazendo uso de uma forte propaganda eleitoral, comunicando, assim, ao povo os obscuros trâmites da política vigente. Este período da política da República Velha começa a se desintegrar, o governo de Washington Luiz foi a última tentativa de conciliar o liberalismo político individualista.

Segundo Boris Fausto (1999), as atitudes de Washington Luiz, em defender a candidatura de Julio Prestes a presidência da República, jogaram o apoio político mineiro para a aliança com o Rio Grande do Sul. Começam-se as estratégias políticas entre mineiros e gaúchos, que culmina no lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, com uma proposta de governo que ia ao encontro das classes dominantes regionais, de incentivo à diversificação da produção e valorização do trabalhador aliado aos direitos sociais, diferente do programa da situação que priorizava os grandes latifúndios cafeeiros.

Mas, nem mesmo a crise econômica mundial, em 1929, em plena campanha eleitoral, que trouxe vários descontentamentos entre cafeicultores e governo, foi suficiente para alavancar a campanha oposicionista, nem mesmo o apoio do partido Democrático Nacional foi suficiente para chegar à vitória. Em 1º de março de 1930, Vargas é derrotado nas urnas, isso aumenta a desconfiança em relação aos conservadores. Impulsionado pelos jovens da força liberal, é iniciada as estratégias para Revolução de 30, que conduziu Vargas à presidência da república. Fausto (1999, p. 324) consta que

Apesar das adesões, em meados de 1930 a conspiração revolucionária andava mal. Um acontecimento inesperado veio lhe dar alento. A 26 de julho, João Pessoa foi assassinado [...]. O crime combinava razões privadas e públicas [...]. A morte de João Pessoa teve grande ressonância e foi explorada politicamente. [...] Daí em diante, tornou-se mais fácil desenvolver a articulação revolucionária. Um ponto importante foram os ganhos conseguidos no interior do Exército.

Em 3 de novembro, Getúlio Vargas assume o governo revolucionário com o Golpe de Estado. Tão logo Vargas chega ao poder nacional, o Rio Grande do Sul fica sob governo do interventor Flores da Cunha, homem de confiança das bases da política varguista no momento. Porém, com a intenção do presidente nacional de impor um governo ditatorial, não demora em começar o desentendimento entre o governo do Estado e o presidente da República. É evidenciado, nas comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, o rompimento político entre Flores e Vargas. Como afirma Carlos Roberto da Rosa Rangel (2007), "[...] *Getúlio, conspirando para derrubada de Flores, que era o único e verdadeiro obstáculo que separava Getúlio e seus generais do regime ditatorial [...]*" (p. 34-35).

É nesse contexto, de disputas de poder a nível nacional e estadual, que se criam os discursos ideológicos, justificando cada um seu ponto de vista. Essa disputa desenfreada por poder não mede esforços para atingir seus objetivos, criam-se representações para conduzir o imaginário de um povo conforme melhor lhe convém.

É sabido que no Rio Grande do Sul, em determinados períodos, a história foi usada para fins políticos-ideológicos e, que essas tendências construíram e destruíram a representação histórica da região sulina e do gaúcho, direcionada pelos interesses políticos. Visto isso, pode-se constatar que, ao se aproximar o século XX, alguns autores, comprometidos com a política, começam a moldar as necessidades da província para instalar o regime político republicano, justificando através do discurso historiográfico que o Estado teria que pensar mais em si mesmo do que no Brasil. Ou seja, o Rio Grande do Sul era capaz de sobreviver, seguir em frente sem ter que seguir as diretrizes da nação, pois tinha suas especificidades e interesses econômico-financeiros. Assim, os intelectuais rio-grandenses contribuíram com a implantação da República e redefiniram as relações do Estado colocando-o no isolamento durante o período da República Velha.

Entretanto, outro momento, de intensa propaganda e produção historiográfica a serviço da política, aconteceu a partir da década de 1920. Com o propósito de nacionalizar o Estado, a tendência da corrente historiográfica lusitana no Rio Grande do Sul constrói um discurso totalmente oposto ao período anterior que focava o olhar do Estado para dentro de si mesmos, neste momento todos os esforços são direcionados para inserir a história do Estado Rio-Grandense dentro da história do Brasil, assemelhar a imagem do gaúcho ao brasileiro. O objetivo "era

criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional" (Gutfreind, 1998, p. 25). É no contexto da Revolução de 1930, e da aproximação do centenário da Revolução Farroupilha, que os rio-grandenses lutam para provar a identidade brasileira do povo gaúcho, negam a influência platina na sua cultura para, assim, colocar e legitimar o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas como presidente do Brasil, conseguindo isso através da manipulação da história com seus historiadores e políticos. Gutfreind (1998, p. 29) diz que

Como ocorreu no final do século XIX, uma vez mais a história estava a serviço da política de uma forma direta e imediata. O nacionalismo ascendente e o esforço de grupos políticos gaúchos em se lançarem à liderança nacional tornaram a história como escudo e bandeira de batalha. A ciência, que diziam sagrada, tornou-se profana, parcial, mostrando-se impregnada de desígnios políticos.

Os historiadores direcionaram o discurso, construindo um programa político, econômico-social. Esta produção historiográfica, dos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), caracteriza-se como ecletismo teórico, ou seja, não havia entre eles um único seguimento filosófico, isso definiu as "expressões história e historiografia tradicional".

Nesta época, acirram-se as disputas entre as duas matrizes historiográficas sulina, por um lado a matriz platina que defendia a influência castelhana, espanhola na formação da identidade sul-rio-grandense, apoiado pelo político Flores da Cunha, que andava em desacordo com a política nacional, e a outra matriz lusa, financiada pelo presidente Vargas, que buscava justificar a identidade portuguesa no povo gaúcho "abrasileirando" o Rio Grande do Sul, tirando-o do isolamento e incluindo ao nacionalismo exacerbado.

A nova conjuntura política, de integração nacional, inaugurada com a chegada de Getúlio Vargas à presidência da República, trouxe transformações políticas ao estado sulino, como afirma Scheidt (2002, p. 197),

Neste sentido, a memória da Revolução Farroupilha como separatista e influenciada pelo prata, que estivera em perfeita sintonia com a República Velha, passou a ser destoante na nova conjuntura. Em meio às "campanhas de nacionalização", era preciso "abrasileirar" o Rio Grande do Sul e um dos caminhos foi a construção de outra memória da Revolução Farroupilha. É nesse momento que surge o "círculo historiográfico", composto por diversos autores, a maioria deles identificados com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que passam a defender o não separatismo e a "brasilidade" da Revolução Farroupilha.

Entre esses autores, identificados com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, defensores ferrenhos da política nacionalista de Vargas, encontra-se Othelo Rodrigues Rosa que foi membro do IHGRS, conseqüentemente, um varguista incontestável, defensor da visão historiográfica de seus antecessores Aurélio Porto e Sousa Doca, como afirma Gutfreid (1998), "*vê-se que Othelo Rosa bebia das mesmas fontes de seus antecessores, porém sofisticava, e desenvolvia o discurso historiográfico*" (p. 88).

É dentro deste contexto de nacionalização do Estado sulino que, a partir de agora, analisar-se-á a visão de Othelo Rosa sobre a história do Rio Grande do Sul e a contribuição de suas obras na criação da identidade do povo gaúcho. Serão analisadas três de suas produções historiográficas. Na seguinte ordem, primeiro "Pinheiro Machado", segundo "Província de São Pedro" e terceiro "Vultos da Epopéia Farroupilha", evidenciando a contribuição das mesmas para criação da representação do herói sul-rio-grandense no imaginário gaúcho e a afirmação da identidade lusa na formação do povo Rio-Grandense.

3.2 Quem Foi Othelo Rosa

Antes de começar a análise propriamente dita, pretende-se esclarecer o porquê da escolha dessas obras e como estão organizadas no presente estudo.

A priori, o objetivo central desse trabalho é discutir sobre a contribuição das obras de Othelo Rosa para a historiografia sulina, através da criação do heroísmo e a busca pela identidade do povo gaúcho, criada pela representação do imaginário, num período em que houve grande embate entre a corrente lusa e a corrente platina. Dentre um vasto acervo de produção bibliográfica do autor em questão, optou-se por fazer uma análise de três obras, duas sobre biografias, uma destaca a figura e as ações do político da República Velha, o senador Pinheiro Machado,

enquanto a outra exalta a imagem dos grandes vultos militares e civis que atuaram na Revolução Farroupilha. A terceira destaca as questões do Rio Grande do Sul a partir da segunda metade do século XVIII, dando ênfase ao farroupilha Bento Gonçalves. As obras são apresentadas na seguinte ordem, “Pinheiro Machado”, “Província de São Pedro” e “Vultos da Epopéia Farroupilha”, consecutivamente.

De acordo com Ari Martins (1978), Othelo Rodrigues Rosa nasceu em São João de Montenegro, no Rio Grande do Sul, em 18 de julho de 1889, falecendo em 04 de dezembro de 1956, em Porto Alegre.

Othelo Rosa é filho de Bento Rodrigues da Rosa e de Antonia Maria Oliveira Rosa. Autodidata, teve seus primeiros ensinamentos com um de seus tios. Exerceu a função de Conselheiro Municipal de Taquari, Rio Grande do Sul. Também, foi, nesta cidade, Promotor Público, em 1911, e Redator do jornal O Taquariense. Mudou-se para Porto Alegre e participou como Secretário Particular do governo de Flores da Cunha em 1915. Atuou, também, como Subprocurador Geral do Estado do Rio Grande do Sul. Conta-se, ainda, que em sua trajetória profissional desempenhou na função de Juiz Municipal em Santa Cruz do Sul. Segundo Ari Martins. (1978), também consta em seus registros o exercício de Oficial do Registro Especial de Porto Alegre.

Othelo Rosa também foi professor, eleito Deputado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, dirigiu o jornal A Federação, de 1926 a 1930, órgão de imprensa do partido republicano rio-grandense, também atuou como Diretor do Jornal da Noite, de 1931 a 1932.

No governo de Flores da Cunha, Rosa foi Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e, também, foi membro da Comissão Gaúcha de Folclore, foi poeta, novelista e historiador. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, desde 1930, também fez parte da Comissão da Academia Rio-Grandense de Letras.

É autor de diversas obras, que variam de gêneros entre obras Poéticas, obras literárias e obras Históricas, além de ter publicado vários artigos no IHGRS.

Segundo Gutfreid (1998), Rosa foi um "*militante político historiador, de rara qualidade*" (p.91). Defendeu o pertencimento do Rio Grande do Sul ao Brasil, bem como atribuía a origem lusitana ao estado, sempre foi um historiador defensor da matriz historiográfica lusa. Gutfreid (1998), afirma que "*durante décadas, ele exerceu*

a função de representar os anseios de um grupo político dominante no Estado” (p. 98).

3.3 Um Modelo a Ser Seguido

A obra "Pinheiro Machado" publicada em 1951, discorre sobre a vida deste senador gaúcho, um dos homens Sul-Rio-Grandenses que foi ferrenho defensor do regime republicano desde sua vida acadêmica, pois seguia, fielmente, a mesma visão política de seu pai.

Othelo Rosa inicia sua obra explicitando o diálogo da visita que o senhor Pinheiro Machado, já na condição de senador, fez ao, então, presidente da República, o senhor Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, na manhã do dia 3 de novembro de 1891, após este ter dado o golpe de Estado, que acabou dissolvendo o Congresso Nacional. A respeito desse encontro, Rosa (1951, p. 9) diz que

Defrontaram-se, os dois homens. E o diálogo, que entre eles se travou, revela grandeza de espírito e de alma. O recém-vindo, embora respeitoso em face do grande vulto do proclamador da República, sincera e francamente lamentou haver chegado tarde demais, para evitar o ato do governo dissolvendo o Congresso.

Aqui, percebe-se que o autor procura evidenciar a importância do senador Pinheiro Machado. Induz a pensar que o golpe de Estado só aconteceu devido a sua ausência, pois lamenta ter chegado tarde demais. Prosseguiu, dizendo que o nome de Deodoro seria um patrimônio para o Brasil, se não fosse pela dissolução do Congresso, rasgando a Constituição que Pinheiro Machado havia contribuído para a criação, jogando assim a república nas mãos da caudilhagem, mas que a nação iria reivindicar a posse e o direito de liberdade. Ou seja, iriam lutar para que se cumprisse a constituição.

Durante a conversa entre os dois políticos, o autor dá a entender que há uma identificação entre os dois políticos. Pinheiro Machado tem grande consideração com Deodoro da Fonseca, apesar desse ato motivador do diálogo, bem como Deodoro vê algo de positivo em Pinheiro Machado, quando o reconhece como bom político.

Com relação à naturalidade de Pinheiro Machado, o autor faz questão de deixar claro, que é natural da cidade de Cruz Alta, quando evidencia sua certidão de batizado. Portanto, gaúcho de nascimento, para não deixar dúvida de sua identidade, discursa sobre a vida de seu pai, quando diz "*Lídima ascendência paulista, a de Pinheiro Machado*" (p. 12). Seu pai, natural do Estado de São Paulo, veio para o Rio Grande do Sul após ter participado da Revolução, no ano de 1842, naquela província. Logo se envolve na vida política, sendo vereador em Cruz Alta e duas vezes deputado provincial, começa a exercer o fascínio de sua personalidade.

Com a descrição de seu pai como homem de influência política e de personalidade forte, o autor, credencia e busca justificar o engrandecimento da figura de Pinheiro Machado como homem sul-rio-grandense, de atuação indispensável na política nacional, que serve de exemplo a ser seguido por todos os gaúchos.

O autor Othelo Rosa (1951, p. 13) navega em seus pensamentos enquanto desliza seu punho sobre as páginas de sua obra, descrevendo de forma poética sobre a vida de Pinheiro Machado. Dizendo que

Foi, assim, entre as paisagens admiráveis da nossa zona serrana, e no alvoroço e alegria das lides campeira, que José Gomes Pinheiro Machado passou a sua infância. Em 1867, aos dezesseis anos, verificou praça no 4º Corpo de Caçadores a Cavallo, como 1º cadete, com destino à Escola Militar. Na Escola, porém, não se demorou: mesmo sem consentimento paterno, seguiu para o Paraguai, servindo às ordens do general Andrade Neves.

O trecho citado revela como o autor enaltece o Rio Grande do Sul, por sua beleza natural e o prazer de viver os costumes da lida diária do gaúcho. Rosa também dignifica Pinheiro Machado ao apresentar sua vida militar. Em sua passagem pela Guerra do Paraguai, apesar de ser uma passagem curta, apresenta como um homem dotado de qualidades, tanto que mesmo dispensado do serviço militar por exigência de seu pai, o governo imperial promove-o de cadete a alferes por sua bravura.

Retornando para casa, no Rio Grande do Sul, onde vive os próximos anos, cuida da estância de seu pai. Mais tarde vai para São Paulo, onde se forma em direito e se torna um dos maiores defensores da república. Já casado, volta para o Rio Grande do Sul. Na cidade de São Luiz, abre seu escritório de advocacia onde passa a atuar como advogado, ao mesmo tempo em que trabalha na defesa dos

ideais republicanos. *"Fidelíssimo aos seus ideais políticos, continua sua pregação republicana. Em 1880, funda o Club Republicano de São Luiz. No ano seguinte, excursionava pelo Estado com Venancio Ayres, realizando conferências"* (p. 15). Essa afirmação já dá uma ideia do envolvimento de Pinheiro Machado na política e a sua influência perante os partidários republicanos, pois é representante de alguns municípios nos Congressos Republicanos 1882- 1885, em 1889 passam a fazer parte da "Convenção da reserva"⁶, no atual município de Júlio de Castilhos.

Rosa (1951, p. 17) diz que

Já se vai acentuando, nitidamente, a ascendência de Pinheiro Machado, entre os seus correligionários. E essa ascendência permitirá que o seu nome, proclamada a República, seja incluído, com anuência plena e irrestrita dos companheiros de causa, na chapa de senador pelo Rio Grande do Sul, nas eleições para a constituinte de 1890. Segue para o Rio e toma posse de sua cadeira - cadeira em que o eleitorado republicano gaúcho o conservaria até a sua morte, em 8 de setembro de 1915.

Pinheiro Machado, já nas atribuições de senador, junto aos seus colegas, começa demonstrar a que veio, com sua personalidade forte, observa os debates na tribuna, exercendo uma ação de vigilância aos princípios básicos da construção do novo estatuto político. Enquanto seus colegas debatem sobre as "teses doutrinárias", ele trabalha silencioso, organizando as bases para votação e aprovação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, quando ele já é considerado por seus colegas como um estrategista "hábil e sagaz" de grande convencimento em suas vontades.

Com o golpe de Estado, em novembro de 1891, a República entra em desordem e, conseqüentemente, no Rio Grande do Sul, é deposto, por ato revolucionário, o governador Júlio de Castilhos, substituído por outro tipo de governo denominado pelos aliados de Júlio de Castilhos como "governicho".

Pinheiro Machado volta para o Rio Grande do Sul, reúne-se com seu grupo político, em uma cidade da Argentina, para avaliar a situação política e definir as estratégias de restauração da legalidade. No ano de 1892, ainda, Júlio de Castilhos volta ao governo gaúcho. Mas, a guerra civil e a situação política tanto no Rio Grande do Sul quanto a nível nacional só se estabilizaria em 1895. De acordo com

⁶ Convenção da Reserva, realizada em 21 de março de 1889, trata-se de uma reunião para construir estratégias para por em prática os planos de crescimento partidário e republicano. Onde foram escolhidos entre os correligionários, figuras populares para liderar o partido e assim conseguir mais adeptos para a causa republicana.

Rosa, esses homens republicanos fariam qualquer sacrifício para defender o regime pelo qual haviam lutado incansavelmente para instaurarem em 1889, que agora, já em 1891, Deodoro colocaria em risco a conquista republicana, pois nesta época havia rumores sobre a ameaça de restauração do regime monárquico.

Segundo Rosa (1951), Pinheiro Machado luta incansavelmente até o fim da revolução. Othelo Rosa cita os escritos de Epaminondas Villalba sobre Pinheiro Machado na Revolução Federalista, dizendo que foi este o maior defensor do governo no sul, mesmo afastado do serviço militar desde a Guerra do Paraguai, e agora representante do senado, mesmo assim "[...] *nenhum general das forças da União excedeu-o em tática militar, bravura e heroísmo*" (p. 20).

Continua o autor enaltecendo as atitudes do senador como defensor de suas convicções políticas e da constituição de 1891. Também, para Rosa (1951), Pinheiro Machado sai com "*honras de general do exército brasileiro*" (p. 21), volta ao senado e sua política é reconhecida a nível nacional onde se mantém por mais vinte anos, reconduzido fielmente pelo Rio Grande do Sul a cada eleição para ser o articulador da política nacional, só sendo interrompido com sua morte, vítima de um assassinato na cidade do Rio de Janeiro.

Rosa explicita a dificuldade de analisar a vida de Pinheiro Machado, por esse ter sido um homem exclusivamente político, sem nunca ter exercido outra função se não a do legislativo como afirma "*fora da política brasileira, de que foi, em certos períodos, chefe incontestado e prestigioso, o seu nome não teria repercussão nem sentido*" (p. 21-22).

Ao restabelecer o regime republicano, a pacificação da política no Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado volta ao senado, no Rio de Janeiro, para dar continuidade a sua vida política, onde enfrenta uma situação delicada, pois a República passaria das mãos dos militares para ser governada pelos civis, tendo como sucessor de Deodoro da Fonseca, Prudente de Moraes, que tinha sido presidente do Congresso da Constituinte. A conjuntura desse período da política brasileira é de intensa insegurança, após uma luta que depôs o governo militar, apesar de uma anistia dentro da legalidade, ficaram os ódios e os desejos de vinganças, que eram ouvidos aqui e ali, tudo isso agravando as dificuldades de administração e servindo de entraves no governo.

Nesse contexto, melindroso e delicado que se encontra a política nacional, Rosa (1951, p. 23) diz que

Pinheiro Machado traça sua ação política uma diretriz definitiva e certa, de algum modo surpreendente naquele rude campeador, em que eram visíveis ainda os sinais da pólvora dos combates: preservar a ordem constitucional, manter o prestígio da autoridade legal, limitando toda e qualquer oposição ao governo no terreno das discussões pacífica.

Assim, Pinheiro Machado constrói as bases de sua autoridade política, em que seu nome vai se impondo, como orientador e confiável aos homens de bem. E, quando o partido republicano federal demonstrava eminência de divisão, ele fez com que não desagregasse a unidade política, defendendo a ideia central que norteou as ações, assegurando ao governo, na casa do congresso, a maioria do apoio para a execução dos programas administrativo. Político exemplar e disciplinador, que serve de exemplo por suas ações políticas, como no apoio a candidatura de Júlio de Castilhos à presidência da República, derrotado nas urnas, Machado legitima o governo do seu opositor.

Othelo Rosa (1951) menciona nessa obra as suspeitas que tramitam sobre Pinheiro Machado, com relação ao atentado de novembro de 1897 contra Prudente de Moraes, mas, defende o senador dizendo que *"Em verdade, nada tinha que ver com o atentado, que condenara enèrgicamente [...]"* (p. 24). Percebe-se que o autor defende de todas as formas a lisura do nobre senador Pinheiro Machado, não deixando nada macular a imagem do biografado, que é apresentado como modelo a ser seguido.

Em 1902, quando eleito Campos Salles, acende-se mais ainda a política de Pinheiro Machado, que é eleito vice-presidente do senado, função que logo abandona, e vai indicando outros nomes na sucessão do cargo, sendo o último desse governo, Rodrigues Alves. A essa altura Rosa diz que *"Pinheiro já é, de fato e de direito, o chefe da política nacional, cuja opinião vai pesar, decisivamente, na sucessão presidencial de 1906"* (p.24-25).

O autor evidencia a liderança de Pinheiro Machado e sua influência nas decisões políticas de nosso país, em relação às sucessões presidenciais quando apoia a candidatura de Campos Salles, em 1906.

Rosa menciona sobre uma carta do senador, onde justifica o seu apoio à candidatura de Sales. Esta engrandece e enobrece as qualidades dos homens republicanos dessa época. Segundo o autor, esta carta destaca seu "patriotismo" e a "sinceridade de seu republicanismo". Quanto ao patriotismo e a defesa do regime

republicano é evidenciado, na citação da carta, que Campos Salles escreveu a Pinheiro Machado que está no Rio Grande do Sul, justificando a retirada de sua candidatura. A epístola, citada por Rosa (1951, p. 26-27), diz que

Temo que o meu nome possa servir de centro de agitações, que considero perigosíssimas em um momento que se me afigura sumamente delicado para a República. [...] Não será em um meio assim, tão inconsciente, que homens de responsabilidades republicana, como nós, devem envolver o paiz em uma lucta, que póde acarretar sérias complicações. [...] Penso que não há outra conducta compatível com o homem que já teve no seu paiz a responsabilidade do poder. ahi tem V. a expressão leal e sincera dos meus sentimentos de brasileiro e republicano. [...] Cumpre poupar a República a renovação desses abalos violentos, que tantos males lhe tem causado [...].

Esta carta, escrita por Campos Salles, comunicando a Pinheiro Machado a impugnação de sua candidatura, evidencia a preocupação em não jogar a República em mais um período de lutas. Percebe-se que Salles coloca os interesses da República acima dos próprios interesses. Para evitar agitações política e novos abalos à República e, por bem, é aceito a renúncia da candidatura do "restaurador das finanças do Brasil", como afirma Rosa.

Para substituir o candidato que havia renunciado à sucessão presidencial e, não alterar os ânimos políticos do país, surge o nome de Afonso Penna. Sendo assim, a tranquilidade e a ordem do país, as maiores preocupações de Pinheiro Machado, que nesse momento exerce o predomínio da política no sentido de apaziguador, faz com que se conclua o propósito, elegendo Afonso Penna.

Como diz Rosa (1951), "*em meio o quadriênio do governo de Afonso Penna*", o senador Pinheiro Machado vivia um momento crucial de sua vida política, quando o atual presidente lança a candidatura de seu ministro da Fazenda, David Campista. Neste momento, o ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, também envolvido na política, surge como candidato, colocando a república numa disputa presidencial, dividida entre civilistas e militaristas.

Nesse contexto de disputa presidencial, Rosa (1951, p. 28) diz que

chefe da política nacional, teria Pinheiro Machado de arcar com as supremas responsabilidades que o tremendo dissídio criara. E era mesmo um dos mais primorosos atributos da sua personalidade a coragem magnífica de não fugir nunca às suas responsabilidades e aos seus compromissos.

Com relação à candidatura de David Campista, apesar de suas qualidades, era um político que ainda não tinha seu nome reconhecido a nível nacional e, ainda, era indicação do presidente da República. Quesito que ia contra os princípios de Pinheiro Machado e do que ele acreditava como princípios presidencialistas, "*era contrário a intervenção do presidente da república na escolha de seu sucessor, ou mesmo da ascendência dominante dessa suprema autoridade nas deliberações de natureza política*" (p.29).

Baseado nas afirmações de Rosa (1951), apresentadas aqui, sobre a visão e os princípios políticos de Pinheiro Machado, fica evidente a liderança e a influência do senador, já não se tem dúvidas que dentro do processo eleitoral de 1910, por qual candidatura os políticos iriam optar, ficando assim definida a candidatura de Hermes da Fonseca. Como diz Rosa (1951, p. 31), "*Livremente ou atentos à impossibilidade de substituí-la*".

Desse contexto de disputas eleitorais de 1910, entre civilista e militaristas, fundou-se o partido civilista, que busca agregar forças para o apoio da candidatura de Rui Barbosa. Em seguida, também foi fundado o partido Republicano conservador, que nasce com o objetivo de apoiar e defender o governo constitucional. Após a morte de Quintino Bocaiúva, o partido Republicano conservador ficou sob a administração do então ilustre senador Pinheiro Machado, que Rosa (1951, p. 32) afirma que

[...] realizou uma das mais felizes tentativas de organização de uma força política nacional no Brasil. Procurando apoiar-se sempre no congresso especialmente no senado, Pinheiro Machado continuou a exercer, até a morte, grande influência política.

É inquestionável a influência do senador Pinheiro Machado, tanto no congresso nacional como na política de modo geral. Também, é sabido que existia forte oposição a seus ideais políticos, que não compactuavam com suas ações dentro do governo, quando acusavam de não aceitar as decisões das urnas. Porém, essas acusações não ofuscam o brilho do senador gaúcho, de acordo com Rosa (1951), o erro estaria em aceitar as decisões das urnas, pois elas estariam repletas de irregularidades. Aqui, o autor Othelo Rosa (1951) procura evidenciar a irregularidade do sistema eleitoral existente em nosso país neste período e a luta permanente de Pinheiro Machado contra os absurdos em fraudes eleitorais, assim

busca justificar os excessos cometido por Pinheiro Machado. Eduardo Ramos (sem data *apud* Rosa (1951, p. 32-33)), diz que

Ora, eu estou convencido de que, por condenáveis que fôsem os processos de seleção parlamentar com os quais o ilustre chefe gaúcho conseguiu criar os elementos do seu predomínio absorvente, êle alcançou estabelecer a única fôrça de coesão permanente dentro das exterioridades legais, ou pouco mais ou menos, da nossa defeituosa estrutura constitucional. Num país de interesseiros ou obsecados recalcitrantes, que se obstinam em manter intacta uma constituição ineficiente que nos está arrastando para a desordem e para a desagregação, pode-se bem escusar os excessos da ambição de um homem que, enquanto espera por outro que faça mais e melhor, ao menos preserva da ruína a sua pátria. Os erros da sua percepção, Pinheiro Machado os resgatou amplamente pelo acêrto dos seus instintos.

De acordo com Rosa (1951), Pinheiro Machado representa, no senado, uma linha de resistência aos excessos do mesmo, ou do poder executivo, esses critérios predominavam o espírito político do senador. Trabalhava por um senado organizado, homogêneo e mais forte que a câmara dos deputados, mantendo o equilíbrio dos poderes. "*principalmente nas épocas revôltas e incertas de demagogia sem freio e sem medida*" (p. 34).

Hermes da Fonseca concluiu seu governo com uma das piores campanhas de popularidade exposta pela imprensa que já se viu no Brasil. Pinheiro Machado tem, em seu último ano de vida uma, das piores tarefas política, que seria eleger Hermes da Fonseca para o senado. É nesse contexto de impopularidade de Fonseca que Rosa (1951) expõe todo o poder de persuasão e convencimento de Pinheiro, quando apela a Borges de Medeiros pelo lançamento da candidatura de Hermes pelo partido republicano rio-grandense. Rosa (1951, p. 35), diz que

Hermes era rio-grandense; o seu govêrno trouxera, para o Estado, muitos e altos benefícios; foram os dos elementos que haviam elevado à presidência: no momento em que era vítima da mais atroz e difamatória das campanhas, só haveria, dentro das tradições de nobreza e lealdade do Rio Grande, uma atitude a tomar: erguer nos seus bronquéis o nome malsinado e injustiçado e honrá-la com o voto.

Como continua o autor, apesar de algumas oposições e contrariedade Hermes da Fonseca, no final saiu eleito e com folga de voto em relação a seu adversário.

Ainda em 1915, dois fatos agitavam a política nacional: um as eleições de Pernambuco, outro é as eleições presidenciais do Rio de Janeiro. Chefe do P.R.C.⁷, Pinheiro Machado sustentava a candidatura de Rosa e Silva, que concorria por Pernambuco, e Feliciano Sodré, pelo Rio. A partir daí, as ameaças contra a vida do senador ganham abrangência, tamanha era sua inimizade política, que a imprensa, diariamente, pregava o assassinato do senador da República. Até mesmo o presidente da República parecia não se importar com a campanha e ameaças contra a vida do vice-presidente do senado. Dessa forma, Rosa (1951, p. 37) diz

Mas o galhardo lidador não se intimidava. sobranceiro, sereno, enfrentava as ameaças e seguia seu caminho. A todos êsses inimigos, numerosos, espumantes, raivosos, inflinge no senado uma última e tremenda derrota, com o reconhecimento de Rosa e Silva. E espera a morte, anunciada pelos recantos do Rio de Janeiro, sem um tremor na face dominadora, sem um minuto de fraqueza no coração leonino.

Com essas palavras, Othelo Rosa cria uma memória invejável para Pinheiro Machado, digno de coragem e bravura, pois, mesmo correndo iminente risco de ser assassinado, não deixa de lutar por seus ideais e impor suas vontades, não abandona o senado, mantém-se permanentemente em defesa do regime republicano e coerente com seus princípios, até os últimos instantes de sua vida.

Othelo Rosa conclui sua obra comparando duas figuras políticas do cenário nacional, Gaspar Silveira Martins, defensor do sistema monárquico, e Pinheiro Machado, que apesar de defenderem cada qual uma ideologia política distinta, fizeram isso com garra e comprometimento, acreditando ser o melhor para a pátria brasileira.

Rosa (1951, p. 41-42) finaliza, dizendo que esses dois homens

[...] foram irmãos no sofrimento, eu quis fazê-los irmãos nessa homenagem, para pedir às novas gerações, que aí vêm chegando, tão desatenta ao nosso passado, que resgatem o sacrifício de Gaspar Martins e de Pinheiro Machado, com o voto de seu respeito, da sua solidariedade, da sua admiração, aos dois espíritos e aos dois corações que foram capazes de emblemar, em tôda a sua plenitude, na evolução da política brasileira, o espírito e o coração do Rio Grande do Sul.

⁷ PRC. Partido republicano conservador. Os partidos da República Velha eram constituídos em âmbito regional, como o *Partido Republicano Paulista*, o *Partido Republicano Rio-grandense* e outros. Pinheiro Machado, com a sua ampla visão política, adiantou-se no seu tempo ao fundar um partido político nacional, o *Partido Republicano Conservador* – PRC.

Com esse apelo as novas gerações do povo Rio-Grandense a reverenciar esses vultos políticos de caráter incontestável, Othelo Rosa contribui e direciona o imaginário das novas gerações a olhar para eles e vê-los como "heróis", em quem possam se espelhar e se orgulhar de tê-los como conterrâneo.

O autor discorre sua obra, do início ao fim, objetivando evidenciar e enaltecer as atitudes e a conduta de Pinheiro Machado como senador da República. Expõe sua vida pública sem mácula nenhuma, às poucas vezes que menciona algo que aparenta pouco favorável a seu caráter político, logo enumera uma série de justificativa, compensando as ações menos brilhantes do senador.

Percebe-se que, ao longo de sua explanação biográfica, há uma preocupação de engrandecimento das decisões políticas de Pinheiro Machado, apresentando-o como um homem de personalidade fortes, de uma inteligência incomparável, patriota e defensor do regime republicano, que coloca os interesses da pátria republicana acima dos interesses particulares, ao ponto de enfrentar a morte ante o abandono de seus princípios e ideários políticos.

Dentro dos conceitos de representação, imaginário e identidade, citados na fundamentação teórica deste ensaio, acredita-se que muito mais ciente e contributiva para as futuras gerações do que a política de lisura incontestemente exercida por Pinheiro Machado, foi a forma como o Othelo Rosa direciona sua obra, a atuar na representação do imaginário humano, tendo um gaúcho como "herói" da política nacional.

Publica-se a obra num contexto em que se impõe uma visão historiográfica sobre a identidade do povo gaúcho. É nesse sentido que o que foi dito sobre a vida política de Pinheiro Machado influenciou as novas gerações muito mais do que as próprias ações do político.

3.4 Nacionalizando o Rio Grande

"Província de São Pedro" é o título dado a uma série de publicações, a qual se propõe analisar é a de número 10, publicada em 1947, pela editora Globo, de Porto Alegre. A mesma é composta por vários autores, onde cada um contribui com uma parte. Mas, a que é objetivo deste estudo é o primeiro subtítulo "Bento Gonçalves", escrito por Othelo Rosa, que vai da página 5 a 14.

O autor inicia a obra apresentando o Rio Grande do Sul, a partir da segunda metade do século XVIII, como um descampado que, paulatinamente, foi sendo articulado socialmente pelos proprietários de sesmarias e fazendas.

Apresenta os primeiros povoados do Rio Grande como de origem lusitana, e destaca como "*núcleos primários de uma civilização que alvorecia, pontos de partida de um destino que haveria de ser cumprido [...]*". (p. 5). Segue, descrevendo como foi o processo evolutivo do povoamento rio-grandense, suas dificuldades com relação as distâncias onde o poder público frágil não agia efetivamente. A força de decisões estava sob domínio de quem tinha a posse da terra, isso iria influenciar na nossa formação, pois o governo buscava apoio nos fazendeiros que se tornariam chefes militares.

Sobre esta questão, segundo o autor, dois fatos marcam a formação do gaúcho: as doações de sesmarias criam o latifúndio, que por sua vez dão origem ao caudilho. Sem o enriquecimento dos grandes proprietários não surgiriam os desbravadores da campanha, que deram início aos núcleos de povoamento. Esse caudilhismo, dentro da estrutura de sociedade existente, foi indispensável para evolução.

Esses agrupamentos que se formavam ao redor de quem lhes dava abrigo, tornavam-se, de modo geral, dependentes dos fazendeiros, criando uma relação de fidelidade, pois estes, sem terras, não podiam confiar no governo que não lhes oferecia nada, em compensação aos fazendeiros eram fiéis. Rosa (1947) diz que "*o que aí ocorre, entretanto, não é apenas a submissão, a obediência do mais fraco ao mais forte. A força do fazendeiro é predominantemente moral*" (p. 6). Ou seja, o grupo que foi "favorecido" pelo fazendeiro fica lhe devendo favor, e por mais que não fosse obrigado a defendê-lo, fazia por achar que é sua obrigação, pois, quando mais precisou, foi ali junto ao fazendeiro que encontrou alento.

Sobre esse convívio entre fazendeiro e seus subalternos, Rosa (1947, p. 6) afirma

Êle não é um senhor, pois ao gaúcho repugnava senhorios e mandos: êle é um chefe, na significação perfeita da palavra, um orientador, a quem o gaúcho adere sentimentalmente, com espírito e corpo, inspirando por pensamentos nobilíssimos de dedicação e de lealdade. A quem o serve, a quem o ampara, a quem o defende, o gaúcho servirá e defenderá, sem medir perigos nem sacrifícios, porque é isso, a seu juízo, um dever indeclinável e sagrado.

Essas palavras apresentam a generosidade do proprietário, fazendeiro que gentilmente oferece ao peão moradia e proteção sem qualquer outro interesse puramente bondade humana. Nem se considera seu senhor, simplesmente torna-se seu chefe que organiza a lida diária. Ao peão, nada mais justo e normal que retribua a bondade do chefe, nem que lhe custe a vida, é seu dever moral.

Segundo o autor, a relação entre a sociedade gaúcha da segunda metade do século XVIII, harmoniza-se em duas condições, uma que a hierarquia é essencial na estrutura social e militar, outra condição é o sentimento de igualdade humana, ou seja, justifica a naturalidade da chefia social e militar exercida pelos grandes proprietários. Mas, esse se coloca ao pé de igualdade com a peonada na lida campeira. Apresenta a situação do escravo do Rio Grande do Sul, diferente das outras regiões do Brasil, pois aqui os escravos não eram tratados de forma desumana, além do mais o estancieiro trabalhava ombro a ombro com seu escravo.

Com o propósito de justificar a índole e as qualidades do povo gaúcho, atribui à formação do Rio Grande do Sul, como resultante do trabalho agrícola dos primeiros colonizadores aqui chegados "pacíficos e ordeiros". Lavradores, adeptos da estabilidade, assim, cria-se uma imagem de um povo tranquilo, calmo, pois a agricultura exige paciência requer tempo para que conclua se o processo cíclico do plantio à colheita.

Entretanto, o destino reserva a esses colonos pacatos, uma vida agitada que circunda entre estâncias, nomadismo e, tão logo, as incertezas das lutas armadas. Essas novidades que surgem dão força a esse povo pacífico e ordeiro a se adaptar aos novos modos de vida que vão se apresentando no decorrer de sua história. Com relação às adaptações em que à sociedade é exigida, perante as mudanças ocorridas na região. Rosa (1947, p. 6) diz que

Agricultor; campeiro; soldado - eis as condições contraditórias e diversas em que teria que viver em um verdadeiro milagre de adaptação, o homem que viera diretamente de Portugal, ou dos Açores, ou de Laguna, e outros pontos do país, para criar em terras do continente de S. Pedro, com seu suor e seu sangue, a civilização de que somos, hoje, legatários displicentes e pródigos.

O autor é claro e objetivo quando atribui a história do Rio Grande do Sul aos colonizadores portugueses ou de descendência portuguesa. Enobrece a capacidade de um povo que é capaz de se adaptar a vários meios distintos, persistindo contra

todas as divergências, para legar às futuras gerações uma história digna e honrosa. Percebe-se, claramente, que o autor define a formação do povo gaúcho como descendente direto da cultura lusitana, criando assim uma identidade para o povo local.

Portanto, de acordo com o autor, o povo luso-gaúcho mesmo tendo que se adaptar as mudanças exigidas pelo destino, apegam-se as terras sul-rio-grandense que cultivam e defendem com todo vigor. Mesmos cientes de estarem esquecidos pelos poderes distantes, que a exploram e em nada lhes favorecem, sem poder contar com o governo, veem-se obrigados a terem que, praticamente sozinhos, fazerem sua própria defesa, pois suas terras e seus viveres estavam constantemente ameaçados por seus vizinhos e inimigos. Devido sua localização fronteiriça, viviam continuamente sob pressão, em uma linha divisória móvel ora venciam ora eram vencidos.

Nesse contexto, a província é esquecida pelos governantes. Sem infraestrutura, o povo gaúcho sofre as consequências das constantes guerras. Que prejudicam suas plantações, destroem muitas vezes suas famílias. Seus esforços não são vistos ou reconhecidos por governantes que só sabem fazer cobranças fiscais que acabam levando embora parte de sua produção.

É em meio a esse processo de trabalho, luta e cobranças injustas que o gaúcho deixa de acreditar em seus governantes, tornando-se altivo, arredo e rebelde, surgindo, assim, um sentimento de orgulho de autossuficiência. É nesse contexto de exploração e abandono por parte do governo central, que o povo gaúcho encontra cada vez mais apoio e amparo, em seus chefes regionais que compactuam dos mesmos problemas. Passam, então, a defender a ideia de que o Rio Grande do Sul tem todo o direito de se defender dos males que os cercam, lutando pelo que julgam ser justo e honrado.

Assim, o povo Sul-rio-grandense desenvolve tendências democráticas e um forte sentimento de liberdade. É nesse período de efervescência de sentimentos liberais do final do século XVIII que, nessas terras, nasce em 23 de setembro de 1788, aquele que vai mais tarde se tornar o maior líder das ideias liberais sulina, Bento Gonçalves da Silva.

Após discorrer sobre a certidão de batizado de Bento Gonçalves, Rosa (1947, p. 8) faz questão de dizer que o revolucionário é de

Ascendência limpidamente lusitana, Bento Gonçalves, como todos os elementos que intervieram com relêvo na formação do Rio Grande - os Pinto Bandeiras, os Marques de Souza, os Mena Barretos, Serro Largo, Canabarro, Neto, Osório, Sebastião Barreto - não só entroncam diretamente na cêpa portuguesa, como saíram, um a um, daqueles núcleos primários de populações, a que aludi: Rio Grande, Povo Novo, Pôrto Alegre, Rio Pardo, Taquari, Triunfo, Conceição do Arroio...

O autor expõe as origens de Bento Gonçalves e seus compatriotas como de pura cepa portuguesa. Deixa transparecer em sua forma de escrever, o orgulho de apresentar o líder farroupilha, como de descendência portuguesa, referindo-se ao líder da Revolução Farroupilha como "herói continentino" prossegue descrevendo as características predominantes da personalidade de Bento Gonçalves, como portador de uma carreira militar notável, resultante do domínio do conhecimento da arte da guerra, galgando os postos de comando na carreira militar, de soldado de fileira a coronel do exército brasileiro, passando por capitão de guerrilhas, coronel do Estado-Maior, comandante do 4º regimento de cavalaria, comandante da fronteira de Jaguarão e comandante da guarda nacional.

De acordo com o autor, além de toda sua glória militar, Bento Gonçalves encontraria na carreira política, a partir de 1820, um clima perfeito para atingir o auge de seus feitos heroicos. Bento, identificado com o sentimento do povo gaúcho, filia-se ao partido liberal para se tornar influente na defesa das causas liberais. Neste momento o liberalismo no Rio Grande do Sul tendia a República e a Federação. A Província vivia sob opressão fiscal do governo imperial e, por esse, desdenhado politicamente, enquanto o gaúcho atribuía seus problemas ao centralismo do governo monárquico. Pode ser somado a isso o descontentamento do povo gaúcho, formado no perigo das batalhas "*cioso da sua dignidade, com um censo de nacionalismo muito apurado; em face da influência lusitana*" (p. 8). Todo esse quadro iria culminar em 1835, no movimento farroupilha.

O autor evidencia o caráter nacionalista do povo gaúcho, resultante da influência lusitana. Em sua visão, isso elimina qualquer possibilidade da Revolução Farroupilha ter o propósito separatista e influência castelhana.

A abdicação de Don Pedro I, em 1831, trouxe ao povo sul-rio-grandense grande esperança que tudo melhorasse. Entretanto, logo se percebeu que nada tinha mudado em relação à exploração, tanto econômica como política entre o Império e a província. A partir daí, aceleram-se as estratégias dos partidários liberais, que se organizavam acreditando na possibilidade de solucionar seus

problemas através da revolução. Durante os próximos quatro anos, articularam-se silenciosamente em busca de seus objetivos, que, de acordo com Rosa (1947), ficou explícito nas cartas trocadas entre os principais líderes liberais, que a revolução que estava sendo articulada tinha todas as características republicana.

Com relação há influência das repúblicas vizinhas e o envolvimento dos revolucionários republicanos platinos na Revolução Farroupilha, Rosa cita uma carta de resposta do farroupilha Dr. Marciano Ribeiro ao general uruguaio Lavalleja. Dizendo "*resposta que é um grande raio de luz aclarando as legítimas origens e intenções dos farroupilhas*" (p. 9). É evidente a preocupação do senhor Othelo Rosa (1947, p. 9), em afastar qualquer possibilidade de influência platina e intenção separatista da Revolução Farroupilha, quando diz que

Aí temos, nesta carta, a preceito fixadas, em 1832, duas circunstâncias fundamentais à compreensão da revolução de 1835: a da existência de um partido republicano na província, de que faziam parte Bento Gonçalves e Marciano Ribeiro; e a do repúdio dos farroupilhas à ideia da desmembração do Rio Grande do Brasil. O movimento não perderia nunca o seu caráter nacional, apoiando-se exclusivamente em elementos e em política essencialmente brasileira [...].

O autor demonstra uma excessiva preocupação em justificar que o pensamento da Revolução Farroupilha era essencialmente "brasileiro republicano e federativo", lembrando que essas ideias vêm ao longo da existência humana se afirmando no caminho da "evolução" política.

De acordo com o autor, a ideia de república e de federação no Brasil não é recente, vem desde o regime colonial aparecendo e reaparecendo aqui e ali. Como está registrado na história do Brasil, através de revoltas e revoluções, que fazem parte da evolução do país, e que se aproximam das mesmas ideologias que culminarão em 15 de novembro de 1889.

O Rio Grande do Sul, na terceira década do século XIX, "faria da República um realidade" após a batalha no campo de Seival. Estruturado nos moldes da República Romana, projeta sua constituição, que foi esboçada nas caronas, "nos raros intervalos das refregas e dos recontros" (p. 10). Ou seja, a constituição republicana rio-grandense foi esboçada durante os descansos entre uma batalha e outra.

Os farroupilhas não proclamaram a república ao dominarem a capital da Província. Segundo o autor, nem deveriam ter feito, pois seria um erro, porque a

revolução não pode ser entendida só como um fato local. O movimento estava interligado a compromissos e repercussões externas, relacionadas à ida de Bento Gonçalves a corte, em 1833, onde fez contatos e articulou planos com outros políticos influentes. Também, David Canabarro antes de aceitar a proposta feita por Caxias, para por fim ao movimento farroupilha, teve que antes contatar com forças externas. É nesse sentido que o autor coloca que não é possível compreender a Revolução de 1835, sem relacionar as questões internas com as externas. Rosa (1947) procura elucidar essa questão expondo que o movimento precisava do apoio, principalmente, do meio militar, que apesar de liberais não compactuavam abertamente com a implantação de uma república no "seio" do Império, exemplificando o caso do general Bento Manuel que passa a apoiar o Império.

Bento Gonçalves não pensa a revolução como fato isolado do Rio Grande do Sul, buscava constantemente articular ideias com outros políticos de outras províncias. Como chefe do movimento, muitas vezes, coube-lhe à função de acalmar os ânimos de seus correligionários por julgar não ser a hora de eclodir o movimento e torná-lo desfavorável ao Rio Grande e à República.

As eleições para a Assembleia, criada pelo Ato Adicional em 1834, foram favoráveis ao movimento, pois levou a Câmara Legislativa um número significativo de republicanos. Com o fim da primeira assembleia é chegado momento de pôr em prática os ideais republicanos. Então, é escolhido para liderar os farroupilhas, o senhor Bento Gonçalves, que Rosa (1947, p.12) diz ser

Militar de renome, com fé de ofício brilhantíssima; figura prestigiosa em todos os recantos da província; gaúcho autêntico, de irradiante simpatia pessoal, de sentimentos muito claros e leais, o valoroso guerreiro reunia todos os atributos essenciais à direção do movimento insurrecional. Mais do que um Chefe, êle se fêz, desde êsse momento, a mais alta e mais pura expressão do pensamento político do Rio Grande do Sul.

Para justificar todos esses atributos a figura de Bento Gonçalves, o autor chama a atenção para o fato do processo eleitoral da República Rio-Grandense. Mesmo estando Bento Gonçalves preso, em outra província por consequência da derrota na ilha do Fanfa, foi eleito o primeiro presidente da República Rio-Grandense. Esse fato demonstra todo respeito e consideração que os republicanos tinham com Bento Gonçalves, presidente da República ou renunciando seu mandato, para evitar desagregação e contornar as dificuldades em que se

encontrava a recente República. Ele demonstra desprendimento, nobreza, "serve a República por amor", dá exemplos de "tolerância e desambição".

Bento Gonçalves, nas palavras de Othelo Rosa na obra "Província de São Pedro" (1947), é incomparável um ser sem sombra de dúvida inquestionável, portador das mais altas virtudes que alguém possa imaginar. Bento Gonçalves é heroicizado nas páginas da historiografia tradicional, como exemplo da imagem do gaúcho. Rosa, de forma enfática, eterniza o líder Farroupilha. Através de sua habilidade com as palavras atinge seu objetivo, consegue de maneira magnífica direcionar o leitor a ver o líder farroupilha como verdadeiro herói. Justifica seus feitos e seu amor pela República, lutando incansavelmente para livrar o Rio Grande do Sul da exploração do governo centralizador que oprimia o "povo" gaúcho.

O autor usa, da mesma forma, sua habilidade com as palavras, para impor seu ponto de vista sobre a história do Rio Grande do Sul, para justificar a origem lusitana na formação do povo rio-grandense. Atribui conceitos exemplares aos colonizadores portugueses, segue explicitando um sentimento de igualdade entre as classes sociais, um convívio harmonioso de igual para igual entre o peão escravo e patrão. Evidencia no decorrer de sua obra uma parcialidade com a história sulina, quando procura, a todo momento, comprovar a influência lusitana e o caráter nacionalista no movimento farroupilha, em detrimento das relações sociais, econômicas e política entre, rio-grandenses e platinos.

Todos os elogios feitos por Othelo Rosa, a Bento Gonçalves tem o mesmo objetivo do enaltecimento aos outros farroupilhas bem como a Pinheiro Machado, que é de criar heróis sul-rio-grandenses, fazendo com que o povo sulino tenha orgulho de seu passado e de ser gaúcho.

3.5 Criando Status de Herói

A obra "Vultos da Epopéia Farroupilha", do autor Othelo Rodrigues Rosa, publicado no ano de 1935, está dividido em duas partes. A primeira parte é citada os generais da república, dentre eles Bento Gonçalves da Silva, Antonio de Sousa Netto, David Canabarro, João Antonio da Silveira, João Manoel de Lima e Silva e Bento Manoel Ribeiro. Na segunda parte o autor destaca civis e militares como Domingos José de Almeida, Onofre Pires, José Gomes de Vasconcellos Jardim,

José Gomes Portinho, Padre Chagas Martins e Mariano de Mattos. Todos contribuíram de uma forma ou de outra para o desenvolvimento da história do Rio Grande do Sul.

A obra foi escrita no período em que se comemora o centenário da Revolução Farroupilha, que tem como objetivo ressaltar a identidade de homens que pegaram em armas para defender o Rio Grande do Sul. Nesse tempo, o Brasil vivenciava um clima de antagonismos, de insatisfação popular contra a forma de política e a econômica do governo centralizador, o estado neste ínterim ocupava uma posição de invisibilidade nestas questões. Neste contexto, dá-se o movimento que envolveu os gaúchos em lutas que perdurariam por dez anos. O autor (1935, p. 19-20) diz

O liberalismo gaúcho tendia para a república e para a federação. O Rio Grande, submetido a um regime fiscal iníquo; sofrendo as consequências de guerras intermináveis; desdenhado, material e politicamente, pelo governo geral, atribui todos os seus males ao império [...].

Nesse tempo, entra em cena Bento Gonçalves da Silva, militar brasileiro, gaúcho, sendo um dos líderes da Revolução Farroupilha que buscavam com os que da mesma maneira sonhavam, a independência da província do Rio Grande do Sul, do Império do Brasil.

O movimento de insurreição de 1835 declarava a necessidade de autonomia, de desvinculação com o centro, que não se importava com o Rio Grande do Sul, a não ser quando o objeto desse interesse contemplasse vantagens ao governo central.

A povoação do Rio Grande do Sul era composta por homens de temperamento fortes, a saber "*[...] altivo e forte, que se formara no perigo e na lucta, cioso de sua dignidade pessoal [...]*" (p. 20).

Natural que por muito tempo essa situação não seria tolerável, "*e a Província via em Bento Gonçalves o homem destinado a dirigi-la, no seu movimento de reivindicação*" (p. 23).

Então, os homens agem, se encontram, estabelecem objetivos, medem possibilidades cogitam possíveis infortúnios e tomam decisões, não precipitadas, pois que o tempo desses planejamentos levou quatro anos. "*Recolhendo-se á sua*

fazenda em Camaquã, Bento Gonçalves entrega-se ao trabalho da organização do movimento” (p. 26).

Na questão revolucionária farroupilha, Bento Gonçalves, foi alvo visado pelo o inimigo, por representar como figura principal as aspirações do povo do Rio Grande do sul. Acusado de conspiração, onde a intenção de Bento Gonçalves era separar a Província do Império e incorporá-la a República Oriental, o que causou grande indignação às autoridades presentes, e necessário fez-se esclarecer os fatos. Intimado o acusador, o presidente da Província Fernandes Braga, sem provas fica numa situação diminuída e desmoralizada.

Os adversários de Bento Gonçalves e seus seguidores seguem urdindo de forma incansável para poder minar a realização de um intento do povo do sul, que dentro de uma justeza, apenas almejava reconhecimento do seu potencial valor.

Iniciada a guerra, a 21 de setembro de 1835, Bento Gonçalves entra em Porto Alegre e toma as providências, necessárias a situação. Em 25 de setembro publica um manifesto, expondo as causas da revolução.

Seguem, então, Bento Gonçalves e Onofre Pires, em direção a Rio Grande, Pelotas e São José do Norte, forçando Braga a se retirar da Província.

O movimento continua e, em 1836, na ilha do Fanfa, enfrentam-se os dois Bentos, onde o farroupilha foi vencido e preso. Não havendo deposição das armas conforme esperava Bento Manuel, Bento Gonçalves e seus correligionários foram levados presos ao Rio de Janeiro. Com a fuga dos seus dois companheiros, Bento Gonçalves é transferido para a prisão da Bahia de onde consegue se evadir com ajuda de homens que compactuam dos mesmos ideais da irmandade maçônica.

De volta ao Rio Grande assume seu posto como presidente da República no qual foi eleito ainda em 1836, quando se encontrava preso.

Após seu manifesto de 1842, afloram-se as disputas internas e Bento Gonçalves é acusado do assassinato do vice-presidente de República Antonio Paulo da Fontoura. A acusação que Rosa (1947) julga injusta, pois o vice-presidente teria sido morto por pessoais e não política. Para evitar que a República se desagregasse, Bento Gonçalves abre mão da presidência, colocando-a sob comando de David Canabarro.

De acordo com Rosa (1947), após constatar que a República Rio-Grandense não seria reconhecida pelo Império brasileiro, Bento Gonçalves se dedica a articular a paz entre Província e Império, que veio concluído este objetivo em 1845.

Antonio de Souza Netto nasceu em Povo Novo, distrito do município de Rio Grande, a 11 de fevereiro de 1801. Portanto, quando do início da Revolução Farroupilha ainda era um jovem de trinta e cinco anos, mas já contava com certa experiência, pois sua vida de tropeiro lhe proporcionava percorrer a Província de ponta a ponta, tornando-se grande conhecedor da geografia sulina. Na época de 1935, também já trazia conhecimento militar. Desde 1829, era capitão de segunda linha do exército brasileiro e logo em seguida coronel da Guarda Nacional.

O autor passa evidenciar a origem do biografado, comprovando sua ascendência brasileira. Sua participação no movimento farroupilha é de fundamental importância, pois, de acordo com Rosa, era amigo e de confiança de Bento Gonçalves. Antonio Netto foi um dos primeiros que apoiou Bento Gonçalves na Revolução, sendo um dos últimos a deixar as armas depois do acordo de Poncho Verde.

Com relação a sua atuação durante a Revolução, Rosa diz que "*foi elle quem sustentou a revolução durante a ausencia de Bento Gonçalves, e a quem o inimigo sempre respeitou*". (p. 39). Salvou-se da emboscada de Porongos. Teria Netto maior importância na revolução quando se deparou frente a frente com o inimigo na batalha de Seival. Após vencerem as tropas inimigas, motivado pela vitória, Rosa (1935, p. 40) diz que

Netto decide-se, afinal: e no dia seguinte, 11 de setembro, á margem esquerda do rio Jaguarão, no campo de Meneses, á frente de suas hostes victorisas, proclama a República, declara o Rio Grande independente do Imperio, cobrindo-se de gloria imorredoura.

Veja que ao tomar essa decisão Antonio Netto é imortalizado na história da Revolução Farroupilha. Passa, então, a somar mais um título de herói no imaginário do povo gaúcho. Mas, não é só a batalha de Seival e proclamação da República que o enobrece. "*A acção militar de Antonio Netto é nottavel em toda a revolução. Vencedor, ou vencido, não dorme sobre louros, nem lhe esmorecem as energias*" (p. 44). Entre as vitórias e derrotas, Netto sempre agiu com bravura, de acordo com Rosa (1935), no massacre de Porongos. Foi Netto quem ofereceu resistência aos atacantes, dando oportunidade para que parte de sua tropa se retirasse, evitando o massacre total. Como prova de sua resistência até os últimos instantes da

revolução, está lá no tratado de "Paz de Poncho Verde", seu nome assinado, Antonio Netto.

David José Martins, mais conhecido como David Canabarro, foi o líder da Revolução Farroupilha nos últimos anos do movimento. É figura polêmica entre historiadores mais recentes, principalmente sobre sua atuação no massacre de Porongos, onde seu nome foi envolvido em acusações de traição.

Entretanto, Rosa (1935) descreve sua participação sobre a Revolução Farroupilha, atribuindo-o as melhores informações possíveis. Chega a mencionar que há uma acusação sobre seu comportamento em Porongos, mas considera injusto, pois acredita que sua participação foi lícita e que Canabarro é merecedor de todas as atribuições que o enalteça, dignifica sua bravura e enobreça suas ações.

Rosa (1935), fala de sua aparência física e moral como portador das melhores qualidades das gentes gaúcha. *"valente, tranquilo, magnífico" tem a serenidade do Açoriano de que provinha. "A sua vontade é modelada em aço: elle sabe manter, o que é uma tradição da raça, na asperesa de seu feitio, lealdade aos seus companheiros, fidelidade inviolavel aos seus compromissos"*. (p.52). O autor direciona seu trabalho a comparar Canabarro com seus antepassados açorianos. Sempre tentando explicitar seu caráter de lealdade, fidelidade, dando a entender que quer justificar sua defesa quando diz que as acusações a Canabarro são descabidas em relação ao episódio de Porongos.

David José Martins nasceu em Pinheiros, onde hoje é a cidade de Taquari, Rio Grande do Sul, em 22 de agosto de 1796. Ingressa na carreira militar por volta de 1809, onde vai paulatinamente galgando os postos de comando dentro do exército brasileiro. Depois adere o movimento revolucionário até chegar ao cargo de comandante em chefe do exército farroupilha, no final da Revolução Farroupilha.

Após alguns sucessos no confronto com o inimigo, em 1839 na expedição de Santa Catarina é ele quem comanda a ação, provando já sua importância dentro das lideranças revolucionárias. Enquanto Canabarro, com sua tropa, avança por terra, Garibaldi acompanha por mar, conquistam o território de Laguna e proclamam a República Juliana.

De acordo com Rosa (1935), foram dois os motivos que levaram ao ataque a Santa Catarina, primeiro a conquista de um porto ao mar, segundo espalhar por terras brasileiras a ideia republicana e federativa. Mesmo com a retirada de Laguna, David Canabarro foi promovido a General.

Em 1843, é elevado ao posto máximo do exército farroupilha e da República Rio-Grandense onde ficou até o fim do movimento. Quanto ao período de comando de Canabarro na Revolução Farroupilha, Rosa (1935, p. 59) diz

É ahí, na phase terrível, quando tudo conspira contra a República, que a figura de Canabarro assume proporções gigantescas. No ano de 1844, enfrentando Caxias, o guerreiro gaúcho tem qualquer coisa de sobrehumano. A sua tenacidade é prodigiosa. A sua energia assombra. O seu tino militar espanta.

A essa altura da revolução o exército imperial era muito superior ao exército farroupilha. É nesse sentido que se justifica todas essas qualidades atribuídas a Canabarro, pois ainda assim conseguiam dar continuidade ao movimento como verdadeiros heróis, resistência que leva Caxias, a declarar ao governo imperial, que "*[...] homens de tal porte não serão nunca vencidos pelas armas, e que mais convém com elles transigir, no sentido de uma paz honrosa*" (p. 60).

O autor procura de todas as formas não responsabilizar o comandante em chefe do exército farroupilha, livrando-o das acusações de traição à República, afirma que a surpresa de Porongos aconteceu quando já havia iniciadas as propostas de paz, porém não haviam deposto as armas.

Com o propósito de desvincular a Revolução Farroupilha de qualquer influência platina e separatista, segundo Rosa, pouco antes de se chegar ao acordo de paz entre Província e Império, Rozas, o ditador de Buenos Aires oferece ajuda aos farroupilhas, dizendo que só estava esperando um sim para atravessar a fronteira e acabar com os legalistas. Veja o teor da resposta de David Canabarro, citado por Rosa (1935, p. 64),

--- Senhor. O primeiro de vossos soldados que transpuser a fronteira, fornecerá o sangue com que assignaremos a paz de Piratiny com os imperiaes, acima de nosso amor a República está nosso brio de brasileiros. Quizemos hontem a separação de nossa patria, hoje almejamos a sua integridade. [...].

Com essa citação, Rosa busca elucidar três questões; primeiro, evidenciar que a Revolução Farroupilha não teve nenhum envolvimento com os revolucionários do Prata; segundo, se um dia tiveram a intenção de se separar do Império brasileiro, jamais unir-se-iam às repúblicas platinas; em terceiro e último lugar, acredita-se que seja nesse momento seu principal objetivo, provar ao povo Sul-Rio-Grandense toda

a dedicação, bravura, lealdades, civismo e heroísmo de David Canabarro com a república gaúcha. Na tentativa de desmistificar as acusações de traição que circulavam contra a imagem do chefe maior do exército farroupilha, em relação ao acontecimento de Porongos.

Imagina-se na época o poder ideológico das palavras de Rosa quando ele diz que "*Dever, repito: dever impreterível. Não é digno da vida o povo que esquece as suas tradições, a somma dos esforços e dos sacrificios que constituem o seu patrimonio moral*" (p. 66). Portanto, não é de surpreender que ainda hoje, início do século XXI o povo gaúcho acredita no heroísmo farrapo, pois passaram o século XX, praticamente todo convivendo com essa versão da história sulina.

Rosa (1935) não condena Bento Manuel quando afirma que "*não póde, em rigor, ser considerado um "vulto da epopéia farroupilha"*" (p. 95). Bento Manuel serviu ao Império muito mais do que as causas farroupilha. Entretanto, acredita-se ser de fundamental importância dentro da análise que se propõe, para confirmar tais hipóteses ou não, discorrer resumidamente sobre os feitos dessa figura.

Observa-se que, em um primeiro momento, sua relação com os revolucionários farroupilhas era quase nula como se disse, servia mais ao Império. Portanto, confirma sua hostilidade às causas liberais, que por sinal, muitos males causou a evolução do movimento farroupilha principalmente na batalha do Fanfa, onde derrota e prende o líder da Revolução Farroupilha, Bento Gonçalves. Pois bem, até aqui se pode perguntar, porque Bento Manuel adversário dos farrapos está incluso numa obra que se julga ter o objetivo de imortalizar os vultos da epopéia farroupilha? Othelo Rosa (1935, p. 95), diz que

Entretanto, elle foi general da República promovido por decreto de 28 de dezembro de 1837, tendo o governo "na mais distincta consideração o valor, pericia militar, e relevantes serviços que depois de sua adhesão á sagrada causa da Liberdade Rio Grandense ha prestado ao Estado". Por esse motivo dou aqui os traços biographicos, que consegui, do militar brasileiro, que notaveis serviços prestou á sua patria nas luctas no Prata inquestionavelmente.

Aí está explícita a resposta, pois a obra tem também como forte objetivo, incluir a história do Rio Grande do Sul dentro da história brasileira, desvinculando a influência platina no Rio Grande do Sul e. Assim cria-se uma identidade lusa para o povo gaúcho. O autor passa a descrever a caminhada militar de Bento Manoel dentro do exército brasileiro, destacando suas ações contra as províncias platinas

antes da Revolução Farroupilha, onde Bento Manoel defendeu arduamente as fronteiras sul do Império brasileiro.

Entretanto, segundo Rosa (1935), após ter lutado a favor do Império Bento Manoel aderiu ao movimento farroupilha em 1837, depois de prender o Marechal Antero de Brito, atual presidente da província, contribuindo com as causas farroupilhas até demitir-se do partido liberal em 1840. Atribuindo como motivo de sua demissão, a promoção a tenente-coronel o senhor Francisco José da Rocha, oficial que Bento Manuel havia reprimido. Depois de sua anistia, voltou ao Rio Grande do Sul pouco mais tarde para lutar lado a lado com o Barão de Caxias contra os farroupilhas, até o acordo de paz em 1845.

Dentro do propósito de destacar os vultos farroupilhas, dar ênfase a carreira militar de Bento Manuel, seria defender o Rio Grande do Sul dos vizinhos platinos e nacionalizá-lo brasileiro, pois o militar sempre defendeu as fronteiras sul do Império brasileiro.

Na segunda parte de sua obra Othelo Rosa discorre sobre civis e militares, dá ênfase a Domingos José de Almeida.

Homem natural de Minas Gerais, dedicado ao comércio, fixa-se na cidade de Pelotas tornando-se em seguida um grande industrial, que aderindo às causas liberais e republicanas. Foi deputado na primeira Assembleia Provincial. Passa a articular a revolução civil. Quando organizada a República, atua na função de Ministro do Interior. Othelo Rosa (1935, p. 107-108) assim o descreve:

É ahi que se vae affirmar, de fórma impressionante, a capacidade desse homem, a visão politica que o faz uma figura maxima da revolução. Esclarecido, energico, culto de uma actividade singular, Domingos Almeida centralisa em suas mãos habeis e honradas a administração - ardua, penosa administração - do novo Estado. Organisa o thesouro da República e promove uma série de medidas efficientes, no sentido de assegurar nos negocios publicos continuidade e ordem.

Rosa (1935), atribui a Domingos José de Almeida a responsabilidade na elaboração do projeto constitucional, sendo seu autor principal.

Em sua obra, Rosa (1935) ainda dedica algumas páginas a memória de Onofre Pires da Silveira Canto, natural de Porto Alegre. Participa de imediato no movimento, contribuindo para a tomada de Porto Alegre. Pires, acompanha Bento Gonçalves pelo interior do Estado em direção a São José do Norte, para obrigar a fuga de Braga para fora da Província. Pires foi combatente ao lado de Bento

Gonçalves até ser preso junto com seu líder na batalha do Fanfa. Voltando ao estado continua defendendo os farroupilhas.

Após o assassinato do vice-presidente da República Rio-Grandense, Onofre Pires entra em atrito com Bento Gonçalves que resulta num duelo entre os dois farroupilhas, onde Onofre vem a óbito.

Rosa (1935), ao longo de sua obra biográfica, engrandece as qualidades desses homens dando um tom para alguns como sobre humano. Procura supervalorizar suas ações, atribuindo a eles o status de heróis Sul-rio-grandenses, afirmando isso com tal veemência que parece nos impor a acreditar, naquilo que talvez ele acreditasse.

É evidenciado, também, ao longo da obra, uma real intenção do autor em afastar qualquer envolvimento e influência platina na Revolução Farroupilha, extinguindo a possibilidade de separatismo, bem como se preocupa em expor a origem, ascendente de cada biografado, criando assim no imaginário do povo rio-grandense uma identidade lusitana para o gaúcho.

3.6 O Poder Ideológico da Matriz Lusitana

Objetivando tornar este estudo o mais claro e compreensível possível, julga-se necessário discorrer, mais algumas páginas, sobre o conteúdo das obras que serviram de objeto principal de nossa pesquisa, assim entrelaçando as informações nelas contidas. Portanto, depois de se debruçar sobre as três obras de Othelo Rosa: "Pinheiro Machado", "Província São Pedro" e "Vultos da Epopéia Farroupilha", em uma análise individualizada, obra a obra, conforme acima apresentada, nesta parte do estudo, intenciona-se produzir de forma resumida uma análise comparativa entre as obras citadas.

A publicação das obras tem um espaço temporal entre a primeira, publicada em 1935, e a última, em 1951, somando (16) dezesseis anos entre as publicações. Entende-se que as obras foram produzidas em um mesmo contexto histórico e com o mesmo objetivo, o de criar uma identidade para o povo rio-grandense. Dessa forma, fez-se necessário criar e defender uma política ideológica sobre a história e a origem do gaúcho apresentando heróis e um passado cheio de glória de que seus

descendentes deveriam se orgulhar, que assim articulada pelo autor passa a predominar a mentalidade do povo Sul-Rio-Grandense.

Sabendo que o autor Othelo Rosa foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, um ferrenho defensor da corrente historiográfica da matriz lusitana, corrente está que foi propulsora da política de nacionalização do Estado do Rio Grande do Sul, o autor usa de suas habilidades intelectuais para criar uma representação para o imaginário da história sulina, onde além de usar a Revolução Farroupilha, também expõe a vida política do senador gaúcho como orgulho para o povo sulino.

Nesta questão, as três obras se aproximam ao apresentarem em seus conteúdos, biografias de homens que se destacaram em suas ações no meio em que atuaram defendendo seus ideais. Representados de forma a nos convencer de seus feitos gloriosos. As três obras, aqui apresentadas, aproximam-se no aspecto de valorização das ações dos líderes políticos e militares gaúchos. Uma apresenta um recorte temporal curto, referente à vida política do biografado, destaca e enaltece o caráter, a honestidade e a forma que o nobre Senador Rio-Grandense Pinheiro Machado articula a política e defende a República e o Estado gaúcho nas questões nacionais. A outra discorre sobre a história do Rio grande do Sul a partir da segunda metade do século XIX, que apesar de não ser um trabalho puramente biográfico, evidencia e destaca a bravura, heroísmo e o comprometimento do líder farroupilha com os interesses da província. A terceira faz um verdadeiro ufanismo à Revolução Farroupilha, apresenta militares e civis que lutaram na Revolução e são extremamente glorificadas, imortalizados pelo autor, que tem o descabimento de atribuir algo de sobre humano a um desses revolucionários.

Cria-se da memória desses homens, imagens de heróis que de uma forma ou de outra defenderam seus ideais para tornar o que é hoje a pátria que se herdou. Ou seja, cria-se uma representação, a qual nos impõe uma versão histórica de heroísmo com um poder ideológico tão forte que nos fazem orgulhar do nosso passado, que é transmitido de geração em geração.

Percebe-se que uma das obras "Pinheiro Machado" aborda um período mais recente da história e que evidencia a vida política do personagem, atribuindo-lhe as melhores qualidades imagináveis. Enquanto as outras duas, apesar de explicitarem todo um contexto histórico, enfatizam as atuações militares e políticas, na defesa do território sul-rio-grandense e dos ideais liberais. Entretanto, tanto uma quanto a outra

procuram mostrar atitudes comportamentais e morais de homens sulinos que devem servir de exemplos a serem seguidos.

As duas obras, "Província de São Pedro" e "Vultos da Epopéia Farroupilha", diferenciam-se em certos aspectos, da obra "Pinheiro Machado". Observa-se que, enquanto essa se concentra na vida política do biografado, as outras duas tem uma preocupação a mais que consiste em defender o Estado e a Revolução Farroupilha da influência platina, mas com enfoque que diferem entre si. Enquanto uma defende a Revolução Farroupilha como nacionalista, negando a possibilidade de separatismo do estado sul brasileiro, defendendo o não envolvimento e influência castelhana na Revolução; a outra, "Província de São Pedro", além de defender que a história do Rio Grande do Sul e o povo gaúcho não sofreram influências platinas, colocando ou atribuindo ao Estado característica essencialmente brasileira, defende a origem de seu povo como de "pura cepa portuguesa".

Esta obra se difere das outras em mais um aspecto, quando qualifica o gaúcho como figura gentil, tranquila, calma etc., atribuindo isso aos primeiros colonizadores Açorianos, homens que souberam adaptar-se as mudanças ocorridas na história da nossa região que fez da vida tranquila de colono a agitações das fazendas a luta armada em defesa daquilo que acreditavam.

Portanto, "Província de São Pedro" é uma obra que se preocupa em apresentar o Rio Grande do Sul como parte integrante da história nacional. Discorre sobre o período que antecedeu a Revolução Farroupilha, procura mostrar a origem portuguesa do povo gaúcho, bem como a luta desse povo com seus inimigos castelhanos em defesa do seu território, assim esse instinto de luta forja a formação do povo que busca em suas origens a valorização e a defesa de seus ideais.

A obra "Pinheiro Machado" reproduz os feitos políticos do senador e, por mais que esteja fora do contexto da revolução farroupilha, traz consigo o mesmo foco e objetivo das outras obras, o de criar através da representação o imaginário na sociedade sulina um sentimento de pertencimento, de unidade nacional, que nos orgulhe de nossos antecessores.

Essas três obras servem simplesmente de amostra do que representou a corrente historiográfica lusa no imaginário do povo sul-rio-grandense a partir de 1920, portanto, século XX. Depois que foi implantada uma política de nacionalização do estado gaúcho a partir da década de 1920, defendida e divulgada pelo (IHGRS) Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a matriz lusitana sufocou a

matriz platina e assumiu a hegemonia no cenário historiográfico sul-rio-grandense. Conhecida como história tradicional que é passada de geração em geração, contando a mesma versão da história, apresentando heróis e atribuindo ao povo gaúcho uma origem portuguesa. Cria-se uma representação imaginária da identidade da sociedade que fica registrada na memória do povo através das imagens de monumentos, nomes de ruas, bairros, construções públicas, tudo que lembra um passado glorioso, o nome dos heróis criados pela historiografia que usa da representação ideológica para atingir seus objetivos.

4 CONCLUSÃO

Neste espaço em que se propõe a realizar algumas considerações finais acerca das discussões feitas ao longo do trabalho, gostaria de evidenciar o quanto foi instigante trabalhar esse tema, a historiografia sul-rio-grandense. Através da pesquisa, teve-se condições de perceber como o mesmo expõe o contexto e a complexidade de um período de produção da escrita sobre a história sulina na primeira metade do século XX, no qual se buscava, através da representação social, uma mudança na forma de pensar e agir da sociedade.

Nesse período, os historiadores comprometidos com ideais políticos, direcionaram suas escritas a fim de justificar a superioridade do pensamento de um grupo social elitizado. Assim, impondo, ao povo, a sua versão da história e garantindo a hegemonia das suas interpretações acerca da história do Rio Grande do Sul. Após a década de 1915, com o surgimento de novas ideias dentro do contexto político, inicia-se a campanha de "abrasileirar" o estado sul-rio-grandense. Concentram seus esforços em projetar a visibilidade da nossa história e a construção da identidade do povo gaúcho. É neste contexto que, oportunamente, acirram-se as disputas entre as duas matrizes historiográficas sulina, a lusa e a platina, que buscam, através da Revolução Farroupilha e do enaltecimento dos líderes gaúchos, justificar a construção da representação do imaginário heroico para o povo sulino.

É neste meio que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul veio ao encontro das aspirações políticas. Através de seus membros, defensores da matriz historiográfica lusitana, produziram e direcionaram a historiografia sulina, garantindo, assim, a hegemonia do pensamento luso na identidade sul-rio-grandense. Foi dentro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul que se fez conhecer as habilidades do autor Othelo Rosa. Este aperfeiçoou e lapidou o discurso historiográfico em relação às ideias lusitanas aqui analisadas. Rosa foi um intelectual, membro do (IHGRS) a partir de 1920, tornou-se um dos mais ferrenhos defensores desta matriz historiográfica, deixou inúmeras publicações acerca da história sulina. Destas três foram selecionadas para análise, sendo objeto central desse trabalho, nas quais se busca compreender suas contribuições para a historiografia sul-rio-grandense.

.A primeira obra analisada neste trabalho foi "Pinheiro Machado" (1951), que expõe toda intencionalidade do autor em apresentar ao leitor a imagem do biografado como um ser extraordinariamente correto em suas ações políticas, em defesa do sistema republicano e dos interesses do estado sul-rio-grandense. Sugere ao povo gaúcho que o senador Pinheiro Machado deve ser um exemplo a ser seguido, representando com honra e orgulho, dando sentido e significado a figura desse vulto. Gaúcho este, que é, segundo o autor, privilegiado por ser descendente da raça portuguesa, explicitado na segunda obra denominada "Província de São Pedro" (1947). Nesta o autor defende a origem do povo sul-rio-grandense como de "pura cepa", ou seja, atribuindo a identidade gaúcha aos açorianos que para cá imigraram. O autor nega qualquer influência platina na formação social do gaúcho, bem como nega o caráter separatista da revolução farroupilha. Apregoa ao povo gaúcho o orgulho de ter se adaptado nestas terras e a cada mudança ocorrida em sua história. O autor faz um chamamento ao povo sulino a honrar seus antepassados e a se sentirem merecedores da herança lusitana e da história desses, registrada em sua obra. Homens que defenderam este chão e os interesses da região como aconteceu na Revolução Farroupilha, representados na figura de Bento Gonçalves e outros líderes regionais.

A terceira e última obra analisada neste trabalho, intitulada "Epopéia da Revolução Farroupilha" (1935), Rosa faz um verdadeiro ufanismo à história farroupilha. Discorre, apresentando as figuras principais que lideraram a Revolução Farroupilha, atribuindo a eles status de heróis e até mesmo de sobre humano. Glorifica seus feitos, conduz o leitor a reverenciá-los e seguir seus exemplos, orgulhando-se de serem descendentes de tão rara índole e virtude que permearam a alma daqueles que tão bravamente defenderam seus ideais. Assim, direciona o senso comum ao pertencimento dignos desta história e de um passado honroso de seus líderes. Desta forma, o povo gaúcho se sente no dever de cultuar o status de heróis de um passado que é mantido vivo na memória.

Assim, esta visão da história do Rio Grande do Sul, fica conhecida como história tradicional e, torna-se hegemônica a partir da segunda metade do século XX. Esta revela o poder ideológico da representação do passado construída por um grupo que buscou controlar o imaginário social. Desse modo, identifica-se a relevância das contribuições destas obras analisadas na formação do imaginário da sociedade sul-rio-grandense. A construção desta representação social consolidou a

identidade de uma cultura, que ainda hoje reverencia a imagem de seus heróis do passado.

Portanto, em relação ao objetivo deste trabalho, sobre as contribuições das obras de Othelo Rosa para a historiografia sulina, conclui-se que as mesmas aqui investigadas contribuíram positivamente de forma significativa com a visão da historiografia tradicional sul-rio-grandense. Foram da mesma forma responsáveis pela consolidação da identidade do povo gaúcho. Obras que foram influenciadas pelos ideais políticos para moldar a mentalidade de um povo.

Entretanto, acredita-se que as contribuições das mesmas para a formação intelectual e social do povo gaúcho não contemplam a totalidade histórica dos fatos, pois se considera que as mesmas são carregadas de parcialidades. Apresentam uma visão da história do Rio Grande do Sul que foi transmitida de geração em geração, limitando o desenvolvimento do pensamento crítico de parte da sociedade, que se tornou capaz de identificar e reproduzir um único ponto de vista sobre os fatos históricos, vivenciados por seus antecedentes. Fatos que fazem parte de sua própria história.

Assim, conclui-se que as obras analisadas se revelaram deficientes em suas interpretações, mesmo assim, foram responsáveis pela construção do pensamento social. Por isso, julga-se extremamente importante a produção deste trabalho para a historiografia sul-rio-grandense. Considera-se relevante a contribuição das informações contidas no mesmo para futuras pesquisas que sigam esta mesma linha interpretativa. Vê-se, de forma positiva, a importância em aprofundar esta pesquisa para tentar mostrar de forma mais clara, coerente e imparcial a história do Rio Grande do Sul. Entende-se ser de grande relevância e extremamente necessário que sejam empreendidos novos estudos acerca da historiografia sul-rio-grandense. Sugere-se trabalhos que façam abordagens diferentes, a fim de evidenciar outras formas de ver a história do Rio Grande do Sul, e que possibilitem a formação de uma sociedade mais esclarecida, crítica, com uma visão histórica ampliada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BOEIRA, Nelson. (org.); GOLIN, Tau; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira. **IMPÉRIO.** Passo Fundo: Méritos, 2006. V. 2 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

BOEIRA, Nelson; GERTZ, René; GOLIN, Tau (org.); RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. **REPÚBLICA: (1930-1985).** Passo Fundo: Mérito, 2007. V. 4.

CHARTIER, Roger. (trad.). Patrícia Chittoni Ramos. **À Beira da Falésia: A História Entre Incertezas e Inquietude.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha.** 3. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1989.

FAUSTO, Boris. **1930 - História do Brasil.** 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1999.

FÉLIX, Loiva Otero. **Mito e Heróis: Construção de Imaginários.** Porto Alegre: Ed. Universidade de/ UFRGS, 1998.

FILHO, Mário Maestri. **O Escravo no Rio Grande do Sul - A Charqueada E A Gênese do Escravismo Gaúcho.** Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

FLORES, Moacir. **1935 - Modelo Político dos Farrapos: as ideias políticas da Revolução Farroupilha.** 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense** 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

MAESTRI, Mário. **O Escravo Gaúcho**: resistência e trabalho. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Estadual do Livro, 1978.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

ROSA, Othelo. **Pinheiro Machado**. Porto Alegre. Globo, 1951.

ROSA, Othelo, **Província de São Pedro**. - Publicação nº10 - Editora Globo, Porto Alegre, 1847.

ROSA, Othelo. **Vultos da Epopéia Farroupilha**.- Edição da Livraria do Globo. Porto Alegre, 1935.

SCHEIDT, Eduardo. **O Processo de Construção da Memória da Revolução Farroupilha**. 2002. www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18947/21010.
Artigo visualizado em 15 de julho de 2014.

SPALDING, Walter. **Enciclopédia, Rio-grandense**. Canoas: Editora Regional Ltda, 1956.

TRINDADE, Hélio e NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

VICENTINI, Paulo G. Fagundes. **A crise dos anos 20**: conflitos e transição. 2. ed. Porto Alegre: ED. Universidade/UFRGS, 1998.